



PUBLICAÇÃO ELABORADA PELA TURMA DE PRÁTICA DE
EXPOSIÇÕES MUSEOLÓGICAS (2024/1) — MUSEOLOGIA/UFRGS

E MOVIMENTO
DITADURA
GRITO
ECOS
ESTUDANTIL
NA UFRGS

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Reitor: Carlos André Bulhões Mendes

Vice-Reitora: Patrícia Pranke

Pró-Reitor de Extensão: Eduardo Cardoso

Vice-Pró-Reitor de Extensão: Jean Felipe Rossato

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação

Diretora: Ana Maria de Moura

Vice-Diretora: Vera Regina Schmitz

Departamento de Ciências da Informação

Chefia: Rene Faustino Gabriel Júnior

Chefia Substituta: Caterina Marta Groposo Pavão

Comissão de Graduação do Curso de Museologia

Coordenadora: Fernanda Rechenberg

Coordenadora Substituta: Fernanda Carvalho de Albuquerque

Orientação e Organização

Prof^ª Dr^ª Vanessa Barrozo Teixeira Aquino

Prof^ª Dr^ª Fernanda Carvalho de Albuquerque

Curadoria

Adelaide Donini Ramos

Amanda Trois da Silva

André Schwarz Rodrigues

Caroline Brum Machado

Clara Bastos Targa

Débora Nunes Deamici Vieira

Eduarda Zimmermann de Oliveira

Felipe Mendonça Pirovano

Guilherme Mello de Goes

Josemar de Oliveira Moreira

Klara Maciel Albarenque

Matheus Raupp Pantaleão

Rafaela Marques Mineiro

Sérgio Valentim

Vitor Martins Costa Lanes

Vitória Werlang Giraldo

Monitoria Acadêmica

Julia Ferreira da Silva

Comitê Científico

Anita Natividade Carneiro

Caroline Silveira Bauer

Cidara Loguercio Souza

Letícia Wickert Fernandes

Identidade Visual

Eduarda Zimmermann de Oliveira

Rafaela Marques Mineiro

Design Gráfico e Diagramação

Katiana Ribeiro

Produção e Edição Audiovisual

Sérgio Valentim

Josemar de Oliveira Moreira

Matheus Raupp Pantaleão

Revisão

Augusto Darde

CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
BIBLIOTECA

G871 O Grito Ecoa: ditadura e movimento estudantil na UFRGS / organização e orientação de Vanessa Barrozo Teixeira Aquino e Fernanda Carvalho de Albuquerque ; curadoria de Adelaide Donini Ramos ... [et al.] – [Porto Alegre]: FABICO/UFRGS, 2024.

80 p. : il.

ISBN 978-65-5973-378-1 (PDF)

1. Movimento estudantil UFRGS. 2. Ditadura civil-militar. I. Aquino, Vanessa Barrozo Teixeira Aquino. II. Albuquerque, Fernanda Carvalho de. III. Ramos, Adelaide, Donini.

CDU: 981

DEDICATÓRIA

Dedicamos esta publicação a todas as pessoas que, durante o período mais sombrio e opressor, lutaram pela justiça e por direitos humanos. Dedicamos àqueles que compartilharam seus acervos pessoais e familiares, além dos seus testemunhos, tornando este projeto real. E, por fim, dedicamos este trabalho a todos que foram atingidos pelas águas durante a catástrofe de 2024 que assolou nosso Estado.

SUMÁRIO

6

Prólogo

9

Prefácio

12

1. Movimentos curatoriais para pensar uma exposição museológica

18

2. O ingresso na U(F)RGS

29

3. Repressão e Medo na UFRGS

68

4. O que os arquivos podem nos dizer sobre o movimento estudantil na UFRGS durante a Ditadura?

77

Agradecimentos

78

Extras

PRÓLOGO

*Somos a memória que temos e a
responsabilidade que assumimos.*

*Sem memória não existimos, sem
responsabilidade talvez não
mereçamos existir.*

José Saramago.

No derradeiro dia 1º de abril, completaram-se 60 anos do golpe empresarial-militar que derrubou o governo do presidente João Goulart. A Constituição foi rasgada e se instalou um terror repressivo que atingiu milhares de brasileiros – perseguidos; cassados de seus mandatos políticos, trabalhadores despedidos de seus empregos, militares que foram expulsos de suas fileiras, professores e estudantes expulsos das universidades, presos, torturados, assassinados, exilados, banidos e “desaparecidos”.

Ditadura totalmente fundamentada na mentira; chamou golpe de “revolução”, trocou a data por ser conveniente, introduziu o arbítrio em nome da democracia, disse que veio para combater a corrupção quando, na verdade, implementou-a amplamente.

Introduziu duas grandes novidades: a “Doutrina de Segurança Nacional” e a “Guerra de Contrainsurgência”, desatando uma brutal repressão.

500.000 cidadãos investigados pelos órgãos de segurança.

200.000 detidos por suspeita de subversão.

50.000 presos entre abril e agosto de 1964.

11.000 acusados em julgamentos viciados de Auditorias Militares.

5.000 condenados.

10.000 torturados no DOI-CODI de São Paulo.

40 crianças presas e torturadas.

8.350 vítimas indígenas de dezenas de etnias e nações (segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade, contudo é provável que esse número seja muito maior).

1.196 vítimas entre os camponeses.

6.000 apelações ao STM, que manteve as condenações em 2.000 desses casos.

10.000 brasileiros exilados.

4.882 mandatos cassados.

1.148 funcionários públicos aposentados ou demitidos, dentre eles brilhantes catedráticos.

1.312 militares reformados compulsoriamente.

1.202 sindicatos sob intervenção do Estado e do Judiciário, cúmplice da inconstitucionalidade.

248 estudantes expulsos de universidades pelo famigerado decreto ditatorial número 477.

128 brasileiros e 2 estrangeiros banidos, sendo alguns sacerdotes católicos.

4 condenados à morte (pena comutada para prisão perpétua).

707 processos políticos instaurados pela Justiça Militar em diversas Auditorias.

49 juízes expurgados, três deles ministros do Supremo Tribunal Federal.

3 vezes em que o Congresso Nacional foi fechado pelos generais ditadores.

7 Assembleias Legislativas postas em recesso.

AI 5 – o golpe dentro do golpe – Censura prévia a toda a imprensa brasileira. Fim do *Habeas Corpus*, prisões sem fundamentação, sem acesso a advogado ou comunicação com a família.

434 mortos pela repressão.

144 desaparecidos.

100 empreiteiras e bancos envolvidos em escândalos de corrupção abafados pelos militares.

Mas se faz necessário conhecer como essa tragédia abateu-se sobre nós.

O golpe foi urdido predominantemente por militares, secundados por civis, a cúpula da Igreja Católica e os Estados Unidos da América, através de Lincoln Gordon (seu embaixador) e o coronel Vernon Walters (Adido Militar). Que civis seriam? Políticos de direita, dentre eles três governadores em exercício: Magalhães Pinto: Minas Gerais, Carlos Lacerda: Rio de Janeiro, Ademar de Barros: São Paulo, Ildo Meneghetti: Rio Grande do Sul. Grandes empresários nacionais, empresas estrangeiras, banqueiros e latifundiários.

Merece meu entusiasmado aplauso a iniciativa do presente trabalho, que se propõe a resgatar algo da memória do movimento estudantil nos tempos dos “Anos de Chumbo”.

Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça.

Jair Krischke
Presidente do Movimento de
Justiça e Direitos Humanos (MJDH)

PREFÁCIO

REMEMORAR PARA NÃO REPETIR: UM EXERCÍCIO CURATORIAL SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UFRGS DURANTE A DITADURA

A defesa do direito à memória é uma luta constante, notadamente em um país que se esforça tanto por desprestigiá-la e mesmo apagá-la, especialmente quando o assunto é a Ditadura Civil-Militar, ocorrida entre 1964 e 1985. Em 2024, o Brasil vive os 60 anos do Golpe, logo, consideramos fundamental registrar a data para que se rememore o que não se quer repetir: tempos profundamente sombrios, marcados por repressão, censura, agudização das desigualdades sociais, restrição aos direitos políticos e forte perseguição aos opositores do regime. Pois eventos recentes, como o ataque às sedes dos Três Poderes, em Brasília, em 8 de janeiro de 2023, evidenciaram a fragilidade da democracia em nosso país, revelando o quanto ainda somos atravessados por versões equivocadas do nosso passado e apontando para a urgência de ações educativo-culturais que sejam capazes de instruir e sensibilizar a população sobre o que significou esse período lastimável da nossa história.

Nessa perspectiva, um dos exercícios que marcam a caminhada acadêmica dos estudantes do Bacharelado em Museologia da UFRGS é a realização de uma exposição, atividade

central da disciplina de Prática de Exposições Museológicas, seriada no penúltimo semestre do curso. Trata-se de uma experiência que aborda aspectos centrais da formação do profissional Museólogo e suas responsabilidades quanto à salvaguarda e à preservação do patrimônio cultural e da memória coletiva. Conceber, planejar e executar uma exposição museológica coloca em prática pressupostos teórico-metodológicos que perpassam toda a graduação, demonstrando habilidades e competências específicas de um profissional capaz de traduzir discursos científicos em uma linguagem acessível para diferentes públicos, tornando única a experiência de estar em uma exposição.

Neste ano de 2024, tristemente marcado por uma verdadeira catástrofe climática no Rio Grande do Sul, vimo-nos obrigadas, junto ao grupo de alunas e alunos, por uma série de razões, incluindo a redefinição do calendário acadêmico, a reajustar nosso percurso: no lugar de uma exposição, optamos por realizar um evento e esta publicação em torno dos 60 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil, com ênfase no movimento estudantil na UFRGS à época. Esse ajuste de rota também nos proporcionou garantir a perenidade dos registros tanto materiais quanto imateriais que estariam presentes na exposição, por meio de objetos e testemunhos, além da possibilidade de ampliação do acesso às informações que estariam restritas à exposição curricular realizada na cidade de Porto Alegre, RS. Com esta publicação, será possível redimensionar o impacto desse trabalho, que também visa contribuir com a preservação das histórias e memórias do movimento estudantil na Universidade.

Pautada em um exercício de curadoria compartilhada em que os estudantes pesquisaram de forma aprofundada o tema, tecendo relações, criando narrativas e abrindo reflexões, esta publicação é acompanhada de um evento programado para acontecer nos dias 15 a 17 de agosto de 2024, na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO/UFRGS). Nele, personagens importantes, que viveram na pele os anos de chumbo, juntam-se a alunas e alunos para debater a temática de forma dialógica e estabelecendo conexões com o mundo contemporâneo. Uma atividade concebida por estudantes que acreditam que a universidade deve ser um espaço diverso e plural. Um lugar que defende o direito às memórias de todos envolvidos no movimento estudantil, que lutaram pela democracia e pelos direitos humanos.

Acreditamos fortemente que o papel da Museologia também é político e deve contemplar movimentos e ações que estejam alinhados com as demandas da sociedade com relação à preservação de suas memórias e seus patrimônios. Com base nessa premissa, organizar esta publicação, em um contexto histórico de 60 anos do Golpe no Brasil, junto aos estudantes do Bacharelado em Museologia, é algo que nos orgulha profundamente. Por fim, defendemos que o profissional Museólogo atue com compromisso humano e social, compreendendo, nas palavras da Museóloga Waldisa Guarnieri, que “os museólogos não são formados e não sobrevivem distantes da vida” (1987, [2010], p. 174).

Desejamos que esta publicação siga reverberando dentro e fora da Universidade, e contribua com os movimentos em defesa do direito à memória e à verdade, um compromisso que deve ser assumido por todos nós.

Profa. Dra. Vanessa Aquino e Profa. Dra. Fernanda Albuquerque

1. MOVIMENTOS CURATORIAIS PARA PENSAR UMA EXPOSIÇÃO MUSEOLÓGICA

Adelaide Ramos, Felipe Pirovano e Klara Albarenque

O tema escolhido para o que seria a 14ª exposição do Curso de Museologia da UFRGS partiu de uma efeméride: no dia 31 de março de 2024, completaram-se sessenta anos do golpe militar, implantado no Brasil em 1964. A ditadura civil-militar, que durou 21 anos, iniciada com a derrubada do então presidente da época, João Goulart, foi marcada fortemente por censura, perseguição, tortura e morte daqueles que se opunham ao governo.

Contudo, nesses 21 anos, diversos grupos e movimentos sociais lutaram incansavelmente pelo fim do regime. É o caso do movimento secundarista, do movimento sindical e do movimento estudantil universitário, que pleitearam por justiça e direitos humanos durante todo o período ditatorial no Brasil.

Ao compreender a existência de narrativas divergentes acerca do que foi o período ditatorial, entendendo suas lacunas e distorções, a turma de alunas e alunos decidiu tensionar e apresentar parte dessa história que, apesar de ser recorrentemente debatida, ainda possui muitos silenciamentos, especialmente em relação à atuação dos estudantes universitários, que utilizaram da união e confiança entre si como forma de resistência num período incerto. Essas diversas contradições, assim como o apagamento dessas histórias, são incessantemente reforçadas por uma nova onda conservadora no país.

Aos sessenta anos do golpe militar e com o crescente movimento facista conservador na atualidade brasileira¹, fortaleceu-se a vontade dos estudantes responsáveis pela exposição de 2024 de evidenciar os movimentos de estudantes universitários que, durante o período ditatorial, lutaram pelo seu fim, dando ênfase ao movimento estudantil na UFRGS.

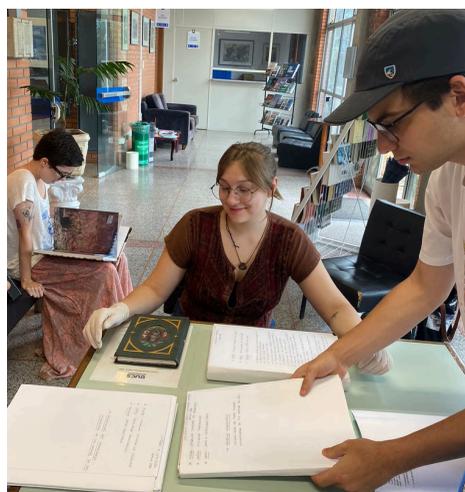
Nessa perspectiva, o Projeto Curatorial para a 14^a exposição curricular tinha como intuito tornar de conhecimento público as histórias silenciadas, realizando uma produção documental inédita sobre a vivência dos estudantes da UFRGS durante o período ditatorial, de forma a reparar historicamente esse grupo. Além de disponibilizar os documentos à população, no intuito de revisar as narrativas desse período.

Foram como base do projeto as palavras-chaves *União* e *Resistência*, conceitos que perpassam não apenas os princípios do coletivo, mas também as relações afetivas. Ambos tornaram-se estratégias de sobrevivência através da confiança que se estabeleceu entre os estudantes e pelo incentivo constante de outros movimentos sociais e culturais que consumiram.

Para a execução do Projeto, vinculado à disciplina de Prática de Exposições Museológicas (BIB03217), no início do primeiro semestre de 2024, foram formadas algumas frentes de ação. Com encontros da turma duas vezes por semana para o planejamento da exposição, entre arrecadação de fundos e cronogramas de produção, comunicação e do educativo, para citar alguns exemplos, foram realizados movimentos de pesquisas bibliográficas e documentais junto aos diretórios acadêmicos das faculdades envolvidas com o movimento estudantil da UFRGS, com destaque para o Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS (DAFA). Houve ainda visita ao Centro de Documentação da Universidade de Caxias do Sul (UCS), que guarda importante acervo documental sobre a Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS) instalada em maio de 1964 na UFRGS. É significativo destacar que uma das importantes ações desenvolvidas

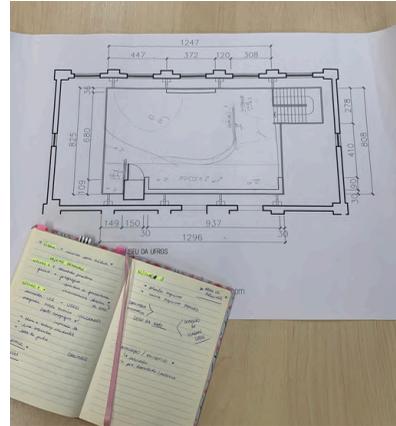
¹ Marcado por uma nova tentativa de golpe contra a democracia em 8 de janeiro de 2023.

pela turma foi realizar entrevistas, em formato audiovisual, com estudantes mapeados ao longo das investigações do Projeto, que participaram e/ou estiveram presentes nas lutas do movimento estudantil da UFRGS.



Nas duas primeiras imagens, registros das pesquisas ocorridas junto aos acervos do DAFA. Na terceira imagem, registro da visita realizada ao Centro de Documentação da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Fotos do acervo Museologia/UFRGS.

Durante o processo de seleção de acervos a serem apresentados, ocorreu a delimitação dos núcleos da exposição e suas respectivas estratégias comunicacionais, definindo os enfoques e tons da narrativa, os quais foram divididos em três módulos.



Na primeira imagem, registro da etapa de seleção de acervos. Nas demais imagens, registros do processo de delimitação dos núcleos da exposição. Fotos do acervo Museologia/UFRGS.

O primeiro demonstrando o que era a Universidade Federal do Rio Grande do Sul antes do golpe militar de 1964, focando nos ritos próprios dessa experiência de transição do ensino secundário para o ensino superior. O segundo sendo o núcleo mais denso em conteúdo e tensionamentos, retratando o que foi a Universidade durante a ditadura por meio de testemunhos, documentos e protestos realizados pelo movimento estudantil que lutava contra a repressão. E, por fim, o último núcleo, mais interativo, trazendo a representação de um arquivo, onde seria possível acessar reproduções de documentos da época e refletir sobre a relevância da reabertura da Comissão da Verdade da UFRGS.

O projeto passou a ganhar vida com o uso do software SketchUp, utilizado para criação em 3D dos núcleos da exposição, modelados a partir das medidas do mezanino do Museu da UFRGS. Por meio desse programa, foi possível visualizar os acervos selecionados enquanto, simultaneamente, a turma negociava seus empréstimos, estruturas e transportes, juntamente com as entrevistas que estavam sendo realizadas e editadas durante toda a execução do projeto.

Nas duas últimas semanas do mês de abril, período que antecedeu o evento catastrófico que assolou o Rio Grande do Sul em maio de 2024, a equipe estava nas últimas etapas antes da montagem da exposição, pintando paredes, fechando datas para o transporte do acervo e mobiliário da FABICO ao Museu da UFRGS, finalizando as peças gráficas de divulgação e preparando as ações educativas.



Últimas etapas antes da montagem da exposição. Fotos do acervo Museologia/UFRGS.

Contudo, quando as enchentes tomaram conta do Rio Grande do Sul, sendo decretado estado de calamidade pública para a cidade de Porto Alegre², as aulas foram suspensas e, com elas, a exposição *O Grito Ecoa: Ditadura e Movimento Estudantil na UFRGS*. Com o retorno das atividades acadêmicas e com novo calendário acadêmico aprovado, a turma mantinha o interesse de trazer à tona esse debate, proporcionando justiça e reparação para os estudantes que estiveram à frente do movimento estudantil durante a ditadura. Logo, como forma de documentar e publicizar as informações coletadas e analisadas, a turma decidiu organizar um evento e esta publicação de forma a contemplar, a partir de outro ponto de vista, o que seria a 14ª exposição curricular do Curso de Museologia/UFRGS. Nessa perspectiva, convidamos você a (re)conhecer a temática e compreender a importância da preservação das histórias e memórias estudantis e o direito à memória como uma premissa dos Direitos Humanos. Desejamos que esta publicação nos inspire a construir um futuro mais democrático e uma universidade que respeite as diferenças e que fomente a diversidade de pensamentos.

² Disponível em: https://dopaonlineupload.proccempa.com.br/dopaonlineupload/5174_ce_475754_1.pdf

2. O INGRESSO NA U(F)RGS

André Schwarz Rodrigues, Clara Bastos Targa e Matheus Raupp Pantaleão

Pra Não Dizer Que Não Falei Das Flores – Geraldo Vandré (1979)

*Caminhando e cantando
E seguindo a canção
Aprendendo e ensinando
Uma nova lição*

*Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer.*

“Pra Não Dizer Que Não Falei Das Flores”, composta por Geraldo Vandré em 1979, tornou-se um hino de resistência e esperança durante um dos períodos mais turbulentos da história brasileira. A canção, com seu refrão icônico, expressa a urgência de agir e a determinação de transformar a realidade ao invés de esperar passivamente pelas mudanças.

Vandré capta a essência da luta pela liberdade e pela justiça, refletindo a coragem e o espírito combativo dos movimentos sociais da época. Assim como a música, os movimentos estudantis do final dos anos 1960 e 1970 também se destacaram pela sua determinação em desafiar o regime militar e promover uma mudança dentro da sociedade brasileira.

Estar na universidade, sobretudo em um contexto político complexo como foi a ditadura civil-militar, também reunia aspectos de resistência e esperança. O ingresso em uma instituição de ensino superior é considerado por muitos um sonho, uma conquista, uma realização.

“

Na verdade, assim, a universidade foi tudo para mim, no sentido de romper um padrão, né? De uma jovem mulher negra passando de primeira no vestibular, criada por uma família só de meninos, de rapazes né, porque eles tinham uma diferença de 10, 15, outros mais velhos, eram cinco rapazes. Uma família branca, altamente burguesa, em que o pai de criação era amigo, é negócio muito doido, amigo dos que foram os ditadores né, que derrubaram o Jango, assumiram o país, e eu estou dentro desse ambiente. [...] Eu devorava os jornais daquela casa, a revista Manchete, Cruzeiro, Correio do Povo, Folha da Tarde, depois bem mais tarde, Folha da Manhã, em Última Hora, antes da Zero [Hora]. É nesse ambiente que eu sou criada, com uma biblioteca. [...] Eu descia e atacava a biblioteca do general Floriano de Oliveira Faria para ali e ia demorando os livros. E aí é que vem a história de ser jornalista. Quando eu decidi que eu seria jornalista, a família, o General, e a sua esposa, a Dona Déci, não é profissão de homem. Eu tinha que ser professora, que era muito comum na época, lá na década, final da década 60, porque eu entro em 69. [...] A Dona Déci se rebelou e disse: Eu quero ser jornalista. E quando eu passei na UFRGS e tinha uma prova específica, [...] passo uma boa colocação, etc etc. Aí o pessoal se rendeu. Então, esse prédio é muito significativo para mim, eu me emociono. Porque eu saí de lá, eu acho que só o primeiro semestre, a nossa turma é uma das primeiras que ocupar aqui, do jornalismo. Em plena ditadura, é uma historinha bonitinha.

”

(Depoimento de Vera Daisy Barcellos, egressa do curso de Jornalismo, 2024)

Durante muito tempo, um dos ritos de início da vida universitária foi a "Passeata dos Bixos", um evento que reunia calouros e veteranos em celebração, além de servir como espaço de posicionamento e crítica sobre acontecimentos de sua época.



Passeata dos bixos, Desfile do Dinossauro. Fonte: Museu da UFRGS.

No final da década de 1960, as universidades passaram por mudanças significativas, incluindo a democratização do acesso ao ensino superior. Essas transformações refletiram a necessidade de maior diversidade e a busca por oportunidades acadêmicas mais amplas.

Nessa perspectiva, a criação e o desenvolvimento dos movimentos estudantis mostraram-se marcos importantes para a autonomia, a liberdade e a garantia dos direitos dos estudantes. De acordo com Bittar e Bittar (2014), a categoria dos estudantes não se resume a uma classe social com características específicas, mas sim a um segmento composto por um grande número de classes sociais.

Logo, os movimentos estudantis desempenharam um papel crucial na formação de uma consciência crítica e na construção de redes de solidariedade entre diversos segmentos da



NOS DIZERES das faixas estão expressas as reivindicações dos universitários porto-alegrenses. Ao lado: O acadêmico Carlos Recena (Economia), presidente da FEUPA.

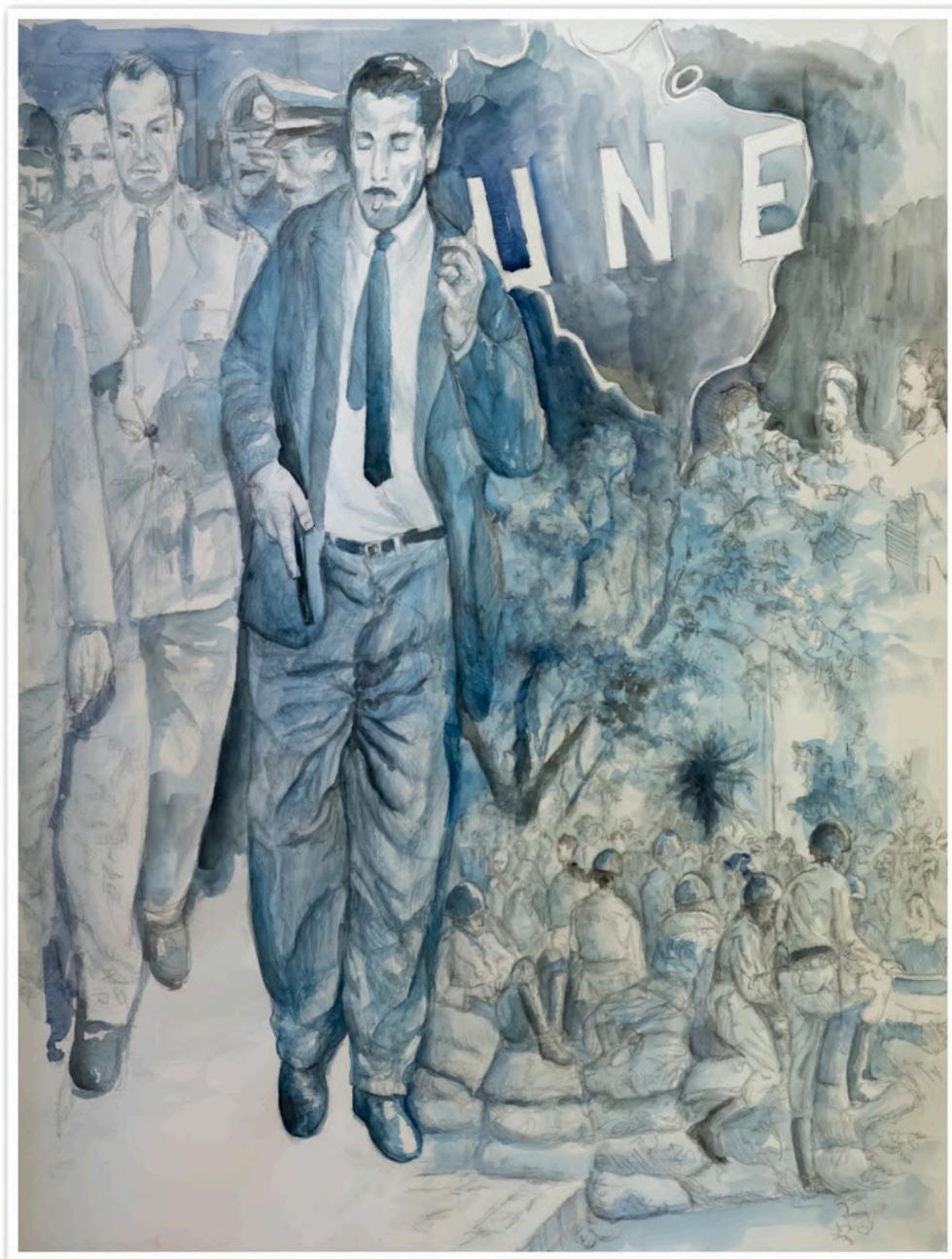
12 de julho de 1952, passeata estudantil pelas ruas de Porto Alegre. Fonte: Museu da UFRGS.

sociedade. Durante o período da ditadura civil-militar no Brasil, esses movimentos foram particularmente relevantes. Em um momento de repressão e censura, os estudantes se organizaram para desafiar o regime, atuando como uma significativa força de resistência.



Aquarela sobre a passeata dos bixos. Fonte: Coletivo Memória e Luta UFRGS.

Além disso, os movimentos estudantis promoveram debates sobre a situação política e social do país, fortalecendo a oposição ao regime e lutando pela democracia e pelos direitos civis. Sua atuação destacou-se como uma expressão vigorosa das demandas sociais e políticas da época.



Aquarela referente à passeata da UNE. Fonte: Coletivo Memória e Luta UFRGS.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) desempenhou um papel crucial na história política e social do Brasil.

Criada em 1937, a UNE foi fundamental em várias lutas sociais e políticas, incluindo a campanha "O Petróleo é Nosso", que visava garantir a soberania brasileira sobre a exploração do petróleo. Durante o período da ditadura militar, a UNE foi um dos principais veículos de resistência, apesar da repressão, e suas atividades incluíram protestos contra o regime e campanhas por reformas sociais.

A UNE também esteve ativa na promoção de reformas educacionais e sociais, engajando-se em debates e ações educativas em todo o Brasil, além de lutar contra práticas conservadoras na educação. Com a chegada do regime militar em 1964, a UNE foi temporariamente extinta, mas foi reconstruída em 1979 e continuou a desempenhar um papel significativo na luta pela democracia e por direitos civis, incluindo a participação em campanhas como "Diretas Já".

O movimento estudantil, representado pela UNE, não só influenciou a política nacional, mas também ajudou a moldar a percepção e a inclusão social dentro das universidades e na sociedade brasileira como um todo.

De natureza pessoal e efêmera, os objetos e materiais utilizados pelos estudantes durante o período da ditadura são documentos preciosos que ajudam a compreender melhor sua época. Esses itens guardam memórias de um tempo de repressão e são testemunhos da vivência acadêmica e política daqueles que resistiram.

Nas pesquisas realizadas, destacamos os itens que compõem o acervo museológico do Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul (MUHM-RS), responsável por preservar registros autênticos de histórias de vida que atravessaram o referido contexto histórico. Um exemplo é o boné verde usado em um desfile de calouros no início dos anos 1960, que identificava os alunos da Faculdade de Medicina.

Outro exemplo significativo é uma pasta dos anos 1970, que pertenceu ao estudante Marcos Rovinski. Ela contém anotações sobre atividades acadêmicas e movimentos estudantis, revelando o engajamento dos jovens com as questões políticas e sociais da época.

Os objetos não apenas ilustram o cotidiano dos estudantes durante a ditadura, mas também simbolizam a resistência e a expressão cultural da juventude da época. A preservação desses artefatos pelo MUHM-RS é essencial para a memória coletiva e para o entendimento dos impactos da repressão política sobre a vida universitária e a formação de profissionais de saúde no estado.



Boné e pasta da Medicina UFRGS. Fonte: MUHM-RS.



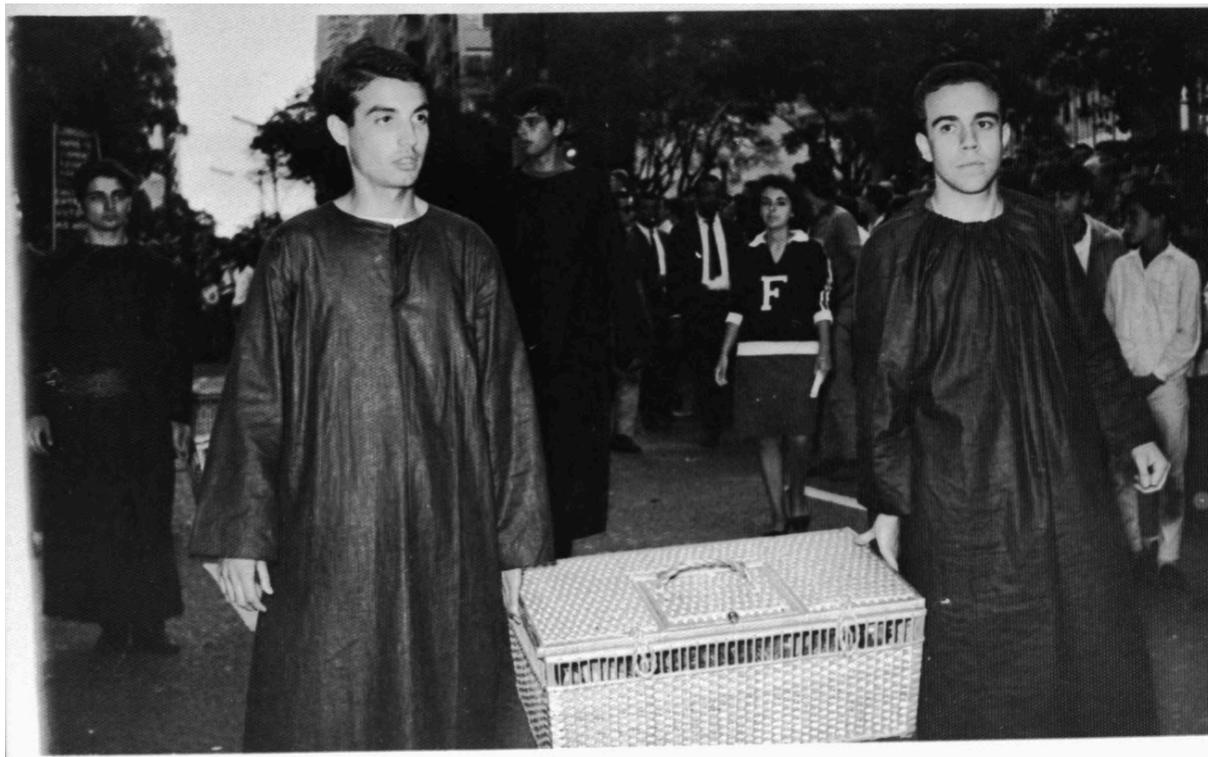
Carteirinhas estudantis da UFRGS. Fonte: Acervo pessoal de Raul Carrion e Valdir Silveira.

A partir do Golpe de 1964, as ruas se tornaram locais de encontros e confrontos. As manifestações estudantis eram marcadas pela presença dos jovens que carregavam cartazes, faixas e adereços, reafirmando seus posicionamentos, defendendo aqueles atos e lugares como espaços de luta política e simbólica.



Protesto estudantil contra o acordo MEC-USAID, em 23 de março de 1968. Fonte: Museu da UFRGS.

A última "Passeata dos Bixos" da Universidade do Rio Grande do Sul³, ocorrida em 1966, foi uma resposta à supressão da democracia na Universidade e na sociedade. Inspirados na peça "Liberdade, Liberdade", de 1965⁴, os estudantes da Faculdade de Filosofia, vestidos de preto em sinal de luto, caminharam juntos pelo centro da capital. Apenas uma pessoa estava de branco, representando a esperança por dias melhores.



A última passeata dos bixos, 1966. Fonte: Museu da UFRGS.

³ Inicialmente chamada Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), passou a ser chamada Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 1950.

⁴ A peça "Liberdade, Liberdade", escrita por Millôr Fernandes, é uma obra emblemática do teatro brasileiro e estreou em 1966. É conhecida por seu conteúdo político e sua crítica ao regime militar que governava o Brasil na época.

Como forma de retaliação, houve a proibição das “Passeatas dos Bixos”, importante evento estudantil que marcou gerações. Infelizmente, essa atitude não foi a única dentro de um contexto que buscou limitar, amedrontar e calar os estudantes, como veremos no próximo capítulo.

“

O clima mais tenso foi em 1968, de grandes agitações e grandes passeatas que nós fazíamos, tanto é que numa última, quando recrudesciu mesmo a repressão. Nós estávamos programando uma passeata para sair da filosofia e tinha um grupo que era contrário a sair para rua, por que sabia que seríamos massacrados. Eu estava no meio desse grupo. Eu me lembro que nós fizemos um comício na entrada da Filó. Eu e Trajano Ribeiro, que era um líder estudantil, estudante de direito que era um bom orador, e nós fizemos a proposta de, invés de ir para a passeata, tomar o prédio da filosofia. E nós tomamos o prédio da Filosofia. Meses depois, eles fizeram aquela mureta e cercaram a Filosofia para evitar novas invasões.

”

(Depoimento de Valdir Silveira, egresso do curso de Agronomia, 2024)

3. REPRESSÃO E MEDO NA UFRGS

Amanda Trois da Silva, Caroline Brum Machado, Débora Nunes Deamici Vieira, Eduarda Zimmermann de Oliveira, Rafaela Marques Mineiro, Vitor Martins Costa Lanes e Vitória Werlang Giraldo

A universidade tem como premissa ser um espaço de debates e reflexões livres. No entanto, após o Golpe de 1964, o clima mudou radicalmente. As lutas estudantis, que já eram constantes, intensificaram-se através de atos, panfletagens, ocupações e publicações em jornais independentes e criadas pelos Centros e Diretórios Acadêmicos. Como resposta à resistência estudantil, muitos estudantes foram perseguidos, expulsos da universidade, presos e torturados. Alguns deles desapareceram e perderam a vida em defesa da democracia e dos direitos humanos.

“

Eu sempre digo que eu nunca tive preso, porque eu nunca fui indiciado, nunca fui acusado de nada, nunca fui muito menos julgado. Então eu digo que eu nunca fui preso, eu fui simplesmente sequestrado, fui sequestrado e desaparecido, não existe registro dessa prisão, desse sequestro, não existe registro.

”

(Depoimento de Peter Peng, egresso do curso de Engenharia Química da UFRGS, 2024)

JORNAL DO DCE

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DO DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES/
UFRGS DIRETORIA PROPORCIONAL ALERTA/ANOS 80 FEVEREIRO/MARÇO

4



NESTA EDIÇÃO

REFORMA AGRÁRIA
PÁG. 02

CONGRESSO DO DCE
PÁG. 03

GESTÃO FERRAZ
PÁG. 04

Um dos momentos que marcaram esse período foi a criação da Comissão Especial de Investigação Sumária da UFRGS (CEIS), em maio de 1964. Essa Comissão, estabelecida em todas as universidades federais, foi a responsável por dar início a processos e perseguições internas, buscando proibir qualquer movimento “subversivo” por parte dos docentes, técnicos e discentes. Alguns militares foram designados para “vigiar” as principais entidades estudantis vinculadas à UFRGS. Paralelamente, dirigentes universitários eram solicitados a colaborar com ações da “Operação Limpeza”.



Aquarela sobre a CEIS. Acervo Coletivo Memória e Luta UFRGS.

No mesmo ano do golpe, foi instaurado o Ato Institucional nº 1, suspendendo temporariamente as garantias constitucionais e legais dos servidores públicos e permitindo a investigação daqueles que estivessem ameaçando o regime “democrático” e a “segurança” do país, de forma que, em Porto Alegre, foi instaurada a Comissão Especial de Averiguação. Chefiada por militares, tinha o intuito de infiltrar agentes em todos os setores da administração municipal para investigar e afastar todos os servidores considerados subversivos. Esse movimento foi chamado de Operação Limpeza.

Atualmente, os únicos documentos da CEIS a que se tem acesso estão no Instituto Memória Histórica e Cultural da Universidade de Caxias do Sul (UCS), que, no ano 2000, comprou o acervo documental do professor Laudelino Teixeira de Medeiros, docente do Departamento de Ciência Política, que integrava a Comissão.

Dentre os documentos que consultamos, estão depoimentos de alunos investigados pela Comissão:



*Depoimento do acadêmico “Paulo Roberto Faillace”
(Transcrição autêntica da gravação)*

Eu sou o acadêmico de medicina Paulo Roberto Faillace, e vou, a pedido do Interventor Militar da PEURGS, prestar algumas declarações.

- Você nos relate exatamente o que contou lá.

F. Sim. Desde que começou a crise, eu notei que certos elementos comunistas da Faculdade estavam tentando propagar pela turma que eu era um dos elementos comunistas [...]. Inclusive um colega nosso, abriu minha pasta e tirou um caderno meu onde estava escrito “Patriota” e disse assim: “Olha, isto é para disfarçar porque este indivíduo é comunista, é marxista. Neste caderno está escrito “Patriota” para disfarçar”. E começou a debochar de mim perguntando se eu ainda não tinha sido prêso pela DOPS. O (Cony ou Comy) me disse que - bem, eu não sei se digo o nome dêle.

- Pode dizer o nome dêle. Preciso do nome de todos.
F. Eu não queria denunciar um colega...
- Eles dizem que você é e agora você tem de impedir isso.
F. Bem, era o Francisco Nikof. O Paulo Cony ou Comy, que disse que êle era um meio esquerda, assim. Eu notei que êle tinha relações assim muito íntimas com a comunista aquela.
- Qual é a comunista?
F. É a Sueli Dametto. E uma colega nossa. Eu até notei no fim da aula, quando pedí explicações para êle, dizendo: “Bem, agora você vai ao DOPS provar que eu sou comunista. “Aí ele disse: Não tem problema nenhum. Eu notei notei êsses tempos que andava lendo revistas marxistas mas foi apenas uma brincadeira minha.” Depois daquilo eu notei que êle entrou em contato com a comunista que estava esperando êle no corredor. Era a Sueli. [...]

[...]

- Mas é capaz de localizá-los?

F. Vendo a fotografias deles, é claro. Um tem cara de chinês, é meio loiro e baixinho. Eu falei com êles e perguntei o que havia, porque não tinha ninguém por alí. Êles disseram que não tinha mais nada e “vamos para lá” e foram embora. Êsse aí eu fui encontrar depois na casa do Rogério Aguiar. Bem, aí eu ía indo...

- Sabe se êle é comunista?

F. Eu não sei se é comunista. Somente sei que as reuniões estavam sendo feitas há bastante tempo na casa dêle porque êle até dizia que a casa dêle estava sendo muito percebida.

[...]

”

O depoimento completo possui oito laudas e segue com a “delação” de nomes de vários alunos, a fim de comprovar o não comunismo do depoente. Podemos imaginar as inúmeras vezes que isso aconteceu dentro da Universidade, alunos sendo interrogados, sendo perseguidos e também perseguindo, a desconfiança e o medo instaurados pelos interventores.

Reaparecem papéis 'perdidos' da ditadura

Atas de uma comissão de investigação criada em 1964 para punir 'subversão política' na UFRGS são descobertas em Caxias do Sul

Documentos integravam o arquivo particular de um dos docentes que faziam parte da comissão criada para expurgar universidade

MÁRIO MAGALHÃES
ENVIADO ESPECIAL A CAXIAS DO SUL (RS)

Dados como perdidos para sempre, documentos produzidos por um órgão de perseguição política criado no alvorecer da ditadura militar foram descobertos no acervo de uma instituição privada de ensino na serra gaúcha. O governo promove uma campanha incentivando a entrega de papéis desviados no período de 1964 a 85.

A localização de centenas de páginas com atas de uma Ceis (Comissão Especial de Investigação Sumária) comprova como tantos documentos sumiram: funcionários associados ao regime se apressaram deles.

Os registros da Ceis instalada em maio de 1964 expõem a caça às bruxas e o estímulo à delação na UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Hoje estão no Centro de Documentação da UCS (Universidade de Caxias do Sul), onde a **Folha** os leu. Integravam o arquivo particular do sociólogo Laudelino Teixeira de Medeiros, um dos 15 docentes da comissão destinada a punir a "subversão política" na UFRGS.

Os professores cassados buscaram, mas jamais encontraram as atas. Os organizadores de livro lançado em 1979 e reeditado em 2008 sobre os expurgos ignoravam seu paradeiro.

Referência da sociologia no Estado, Laudelino foi amigo dos sociólogos Gilberto Freyre, brasileiro, e Raymond Aron, francês. Compôs a banca examinadora no doutorado de Fernando Henrique Cardoso. Morreu em 1999. No ano seguinte, a família vendeu — por R\$ 75 mil, relata — seu arquivo e uma coleção de 17 mil volumes



Estudantes gaúchos protestam em manifestação realizada no centro de Porto Alegre em 1968

para a UCS. Em meio aos livros e à papelada que documenta a trajetória de Laudelino, estavam as atas da Ceis.

"É uma surpresa, incrível! Eu achava que alguém tivesse destruído os documentos, porque são comprometedores", disse Lorena Holzmann, professora titular de sociologia da UFRGS, que coordenou em 2008 a reedição do livro "Universidade e Repressão - Os expurgos na UFRGS" (L&PM editores). Os autores nunca tiveram acesso às atas. A professora contou 17 docentes cassados em 1964.

"Pensava que haviam sido queimados", disse Luiz Osvaldo Leite, ex-diretor do Instituto de Psicologia. Filho de Laudelino, o advogado Luiz Inácio Franco de Medeiros disse não se lembrar das atas.

A sobrevivência dos originais está relacionada à cultura dos organismos de espionagem, embora não haja indício de que Laudelino colaborasse com eles. É o que afirma o advogado

Jair Kriskhke, do MJDH (Movimento de Justiça e Direitos Humanos): "A regra na comunidade de informações internacional era que informação não se destrói. É guardada".

Kriskhke soube do destino das atas por um colaborador do MJDH, o professor da UFRGS Jorge Eduardo Enriquez Vivar, da Arquivistas Sem Fronteiras. O pioneiro na descoberta foi o historiador Jaime Valim Mansan. Em 2009, ele defendeu na PUC-RS a dissertação "Os Expurgos na UFRGS - Afastamento Sumário de Professores no Contexto da Ditadura Civil-Militar (1964 e 1969)".

Somando os excluídos em 1969, houve 41 professores punidos. "As atas têm importância tremenda", disse Mansan. "Dão a dimensão das relações internas da universidade."

A Ceis foi formada com base no Ato Institucional nº 1. Funcionou só em 1964. Além dos docentes representando 15 faculdades, nomeou-se um assessor

militar: o general Jorge Teixeira, do 3º Exército (atual Comando Militar do Sul).

Expurgado sem direito a salário ou aposentadoria, o professor Ernani Maria Fiori foi investigado por ela. As atas revelam que o Exército e o Dops informavam a comissão. O general Teixeira definiu Fiori como "comunista da ala católica" que "lidera a ação dos comunistas na Faculdade de Filosofia".

Fiori iria para o Chile, onde se tornou vice-reitor da Universidade Católica. Morreria em 1985. "Ele fez pessoalmente sua defesa, oral, na comissão", lembra o filho José Luís Fiori, cientista político da UFRJ.

Entre os alvos da comissão estava o acadêmico de direito Marcos Faerman. Ele seria um dos grandes jornalistas brasileiros. Outro era o presidente do centro acadêmico da Faculdade de Medicina, João Carlos Haas Sobrinho. Um dos comandantes da guerrilha do Araguaia, foi morto em 1972.

Atas expõem caça às bruxas em universidade

DO ENVIADO A CAXIAS DO SUL (RS)

Em uma reunião da Comissão Especial de Investigação Sumária da UFRGS, o professor Laudelino Teixeira de Medeiros, da Faculdade de Filosofia, lamentou a possível não punição de "subversivos". Ele disse, conforme a ata: "Sinto que pessoas que manifestamente, até por escrito, tiveram participação condescendente e até promotora de atos de subversão ficam fora do jogo".

O presidente da comissão, Nagipe Buaes, da Faculdade de Ciências Econômicas, pediu: "Não poderia Vossa Excelência dar, por conseguinte, em caráter secreto, a esta presidência, os nomes dessas pessoas a fim de que elas possam ser arroladas, sem revelar de onde emanou a fonte de informação?".

Laudelino se antecipara, mas nomeou: "Eu já dei por escrito. Um nome, por exemplo, é o do professor Pery Pinto Diniz da Silva". Era o antigo vice-reitor, que renunciara após o golpe de 1º de abril de 1964.

O clima de caça às bruxas predominou no grupo nos meses seguintes à deposição do governo constitucional de João Goulart. Uma obsessão era castigar quem liberara as dependências da universidade para um evento a pedido da irmã de Jango, Neuz, casada com Leonel Brizola.

Alguns componentes pareciam se preocupar com a imagem, relativizando a atividade repressiva do órgão.

O professor Ney Messias, da Faculdade de Direito de

Porto Alegre, construiu o raciocínio: "Professor ideologia não é razão para condenar. Mas fazer proselitismo com base nessa ideologia é que é delito". O incentivo à delação prevaleceu. Laudelino sugeriu que denunciantes tivessem nome preservado, para não intimidá-los. Professores e alunos acusaram colegas, porém muitos se recusaram a colaborar.

O general Jorge Teixeira manifestou atenção particular por estudantes estrangeiros que viajaram a Cuba. O 3º Exército apresentou relatório com a lista de assistentes de um curso do historiador comunista Jacob Gorender.

As atas finais da comissão não constam do arquivo de Laudelino. Não se sabe a data de conclusão dos trabalhos.

O motivo é que ele se afastou. Seu filho Luiz Inácio Franco de Medeiros contou que o motivo foi divergência com os critérios adotados.

"Ele não era de esquerda, mas não era de direita", disse o filho. "Laudelino era uma personalidade complexa", afirmou o ainda hoje professor do Instituto de Biociências da UFRGS Francisco Mauro Salzano, 81, da Academia Brasileira de Ciências. "Era um intelectual, católico e direitista muito extremo."

A Universidade de Caxias do Sul não se pronunciou sobre a posse das atas da comissão da UFRGS. Os responsáveis pelo seu centro de documentação e biblioteca, gerenciados com rigor e métodos de padrão internacional, estão em férias.

É provável que a aquisição do acervo tivesse como interesse principal os livros de Laudelino (a biblioteca da UCS reúne 950 mil volumes). Veio junto um tesouro da história. **mm**

Matéria veiculada na Folha de São Paulo, em 17 de janeiro de 2010.

A ditadura militar brasileira foi marcada pelas mais diversas manifestações de violência física e intelectual, resultando no desmantelamento de instituições e grupos considerados subversivos. Foi também um período de promulgação de decretos e leis criados arbitrariamente com o objetivo de cercear a liberdade civil, buscando consolidar as filosofias da extrema direita. O mais marcante exemplo dessa repressão institucionalizada foi o AI-5, que, em 1968, endureceu a perseguição política, estabelecendo uma atmosfera de terror no país. Destacam-se, no contexto universitário, a lei conhecida como MEC-USAID e o decreto-lei nº 477.



Ilustração de manifestação na Faculdade de Filosofia. Acervo Coletivo Memória e Luta UFRGS.

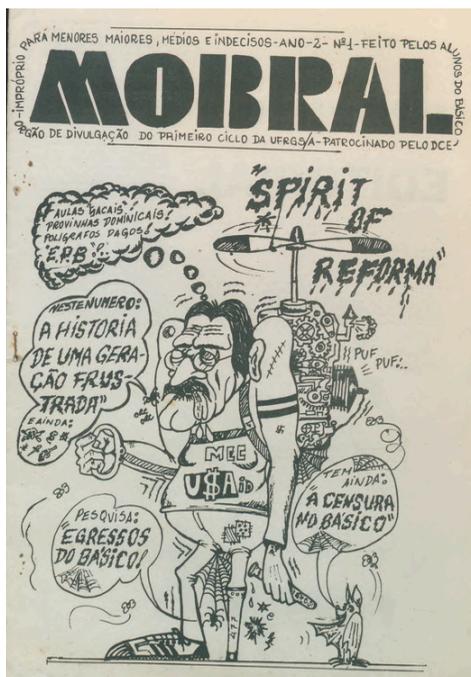
Manifestação na Faculdade de
Filosofia (1968). Acervo Museu
da UFRGS - Correio do Povo.



CORREIO DO POVO

Acordos MEC-USAID

Em 28 de novembro de 1968, foi promulgada a Lei nº 5.540, implementando no país uma Reforma Universitária, notoriamente orientada por padrões estadunidenses e vinculada aos interesses dos golpistas que dominavam o aparelho de Estado. Era embasada pelo Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (EAPES), grupo formado por profissionais brasileiros e estadunidenses, patrocinados por alguns dos acordos assinados entre o Ministério da Educação e Cultura do Brasil (MEC) e a United States Agency for International Development (Agência Internacional Estadunidense para o Desenvolvimento Internacional – USAID), conhecidos como “acordos MEC-USAID” (Fávero, 2000). Como em todas as Universidades do país, a UFRGS foi reestruturada com base nas determinações daquela reforma, incorporando, contudo, algumas medidas que vinham sendo implementadas anteriormente e desconsiderando, de modo geral, a concepção de reforma universitária defendida pelos estudantes antes do golpe.



“

Qual era o objetivo? Veja bem, a universidade funcionava pelos cursos, tu era do curso de Engenharia, tu era do curso de Economia, tu era da Engenharia Elétrica, tu era da Engenharia Mecânica, tu era da Engenharia Química, tu era da Engenharia Civil e assim por diante, o cara entrava e convivia ali os cinco anos, criava uma unidade, havia uma... Não havia uma fragmentação, claro que tu podia ter uma aula de Economia, tu fazia lá na Economia, mas o grosso do curso era todo mundo junto isso criava uma unidade no Movimento Estudantil muito grande. Então o que que eles fizeram? Resumindo a ópera, na verdade eles acabaram com os cursos. Claro, tu era do curso tal, mas Física, tu fazia lá na Física, Química, tu fazia lá na Química. Tudo era separado, então tu tinha uma aula com um, tinha uma aula com o outro, tu só cruzava com os companheiros, tu não convivia mais. Então, isso foi um golpe muito forte pra fraturar o Movimento Estudantil. Mas não só isso, uma série de medidas que levaram a transformar a Universidade, porque a Universidade era um conceito universal, e era uma fragmentação total da Universidade, um conhecimento totalmente fragmentado sem essa visão mais holística e sem esse entrosamento.

”

(Depoimento de Raul Carrion, egresso do curso de História da UFRGS, 2024)



Censura no básico. Acervo Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Jornal do DCE e DAs UFRGS. Acervo Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura da UFRGS.

AI-5

Em 13 de dezembro de 1968, foi decretado o Ato Institucional número 5 (AI-5), que fechou o Congresso Nacional por tempo indeterminado e suspendeu as garantias constitucionais e individuais. O AI-5 não tinha vigência determinada e durou até 1979, a partir da decisão do ditador Costa e Silva para completar a "Operação Limpeza", que tinha sido interrompida por Castelo Branco.

Há o entendimento de que o AI-5 deva ser considerado o marco inaugural da segunda fase da ditadura civil-militar, pois se deve ao fato de que o quinto ato institucional, juntamente com o Ato Complementar 39, de 20 de dezembro de 1968, e o Decreto-Lei 477/69, de 26 de fevereiro de 1969, geraram uma significativa inflexão nas práticas repressivas e de controle político-ideológico dos ambientes escolares brasileiros e, inclusive, das universidades, complementada, em 21 de outubro de 1969, pelo Ato Complementar 75 (Fávero, 2000).

DL 477/69

O Decreto-Lei 477/69, que se aplicava a docentes, estudantes e funcionários de estabelecimentos escolares públicos ou privados de qualquer nível, aprimorava o processo expurgatório, ao definir como crime atividades consideradas “subversivas”, por exemplo: a promoção ou mesmo a participação em passeatas, a elaboração ou distribuição de panfletos e materiais de divulgação em geral, e o uso de ambientes escolares para a prática de “ato contrário à moral ou à ordem pública”.



E se dá naquele momento uma luta importante no movimento estudantil, assim como tinha dado aquela luta pelas verbas e pelas vagas, nesse momento, a ditadura, ela tinha criado... Tinha duas lutas, uma era o 477. O 477 era um decreto, que eles faziam por decreto, não precisava, eles não votavam em Congresso, ditadura é ditadura. Pra que Congresso? O Congresso era pra bonito. Então esse decreto-lei, que o decreto-lei a ditadura impunha, né? Ele expulsava da Universidade os estudantes... Digamos, acusados e condenados... Condenados não existia... condenação... mas, de

serem subversivos, o cara fazia passeata, o cara [inaudível], expulso! Então era uma forma política, então havia toda uma luta contra essa repressão do 477.

”

(Depoimento de Raul Carrion, egresso do curso de História da UFRGS, 2024)

Um dos fatos mais dramáticos e nebulosos refere-se à história de Ary Abreu Lima da Rosa, a qual nos revela um lado da colaboração entre polícia política e Universidade, sobre o qual a instituição reluta em reconhecer sua responsabilidade. O estudante de engenharia Ary, de 21 anos, detido por panfletagem, foi dado como morto dois meses após ser transferido para o Hospital da Aeronáutica, na Base Aérea de Canoas, considerado pelas autoridades como “doente mental” devido ao seu posicionamento político e à militância estudantil. A causa da morte do estudante foi divulgada oficialmente como suicídio, embora sem fundamento, dadas as diversas incoerências no caso (Memorial da Resistência de São Paulo, *online*).



Fotografia de Ary Abreu Lima da Rosa.
Fonte: Site Memórias da Ditadura.

Após a notícia da morte de Ary, acadêmicos da UFRGS foram expulsos por três anos da Universidade, através do Decreto-Lei 477/69, por organizarem uma missa na Igreja do Rosário, em Porto Alegre, junto a uma nota denunciando a morte por tortura do colega nas dependências da Base Aérea de Canoas.

Posteriormente a Junta Militar, através do Ato Complementar 75, proibiria “todos aqueles que, como professor, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público” tivessem incorrido ou viessem a incorrer em faltas que tivessem resultado ou viessem a resultar “em sanções com fundamento em Atos Institucionais”, de lecionar ou mesmo de exercer, a qualquer

título, cargo, função, emprego ou atividades, em estabelecimentos de ensino e em fundações criadas ou subvencionadas pelos Poderes Públicos, tanto da União, como dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, bem como em instituições de ensino ou pesquisa e organizações de interesse da "segurança nacional".



Fruto desta ação⁵, isso gerou uma mobilização e a ditadura aplicou o 477 no Dagnino, que era o Presidente do CEUE, no Maraschin que era o Presidente do DCE. [...] Mas uma série de lideranças foram, digamos, expulsas, né. [...] o Maraschin andava meio escondidão e tal. Nós decidimos: vamos fazer um comício relâmpago lá na Filosofia, porque ele era... Tinha sido, eu acho, presidente da Filosofia também, do Centro Acadêmico. Então organizamos uma segurança pra ele, nós da Engenharia, tinha um time bom, os cara tudo, fomos uns três, quatro armados lá, de revólver, eu era um deles. Revólver, porrete, etc. E combinamos, o Maraschin vai vir aqui, mobilizamos a turma e vai fazer uma fala rápida e nós vamos dar cobertura, se vier a segurança da Universidade, nós resistimos, não vão levar o Maraschin de jeito nenhum. Dito e feito, chegou na hora, o Maraschin subiu no caixote, tava todo mundo mobilizado ali, fomos ali, nós ali na... E aí, não comentei, mas tinha, como a ditadura criou um sistema de segurança em cada Universidade, então tinha um coronel... Me esqueci o nome dele, mas tinha um coronel, que era o responsável pela segurança ali. E o Maraschin tá falando e ele tá na porta, só olhando, [risos], mas não se meteu, não se fresquiou, nada. O Maraschin falou e tal uns cinco minutos e tal, deu o recado e [sinal com as mãos], nós demos cobertura e ele se mandou.



(Depoimento de Raul Carrion, egresso do curso de História da UFRGS, 2024)

⁵ Em 1969, o colega do curso de Engenharia, Ary Abreu Lima da Rosa, conhecido como "Oscarito", foi preso por distribuir panfletos que defendiam o Movimento pela Universidade Crítica (MUC), em frente à Faculdade de Farmácia da UFRGS. O MUC denunciava o regime da ditadura, a falta de vagas nas universidades e defendia a UNE. Após ser solto, começou a atuar clandestinamente em São Paulo e, meses depois, Ary voltou a Porto Alegre, onde foi internado em uma clínica psiquiátrica por opção de seu pai, de forma que, dois meses depois de ser transferido para o hospital da Base Aérea de Canoas, faleceu por "suicídio". Dessa forma, os alunos envolvidos no movimento estudantil se mobilizaram e fizeram um panfleto, denunciando a morte dele (Carneiro; Galli, 2021).



Os punidos pelo 477. Acervo do Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura da UFRGS.

“

Nós lutamos contra essa reforma, teve manifestação contra o acordo MEC-USAID. Eu não fui pego pelo 477, porque eu tranquei a matrícula. Eu tranquei porque eu sabia que estava com os dias contados. Quando eu fugi para o Rio de Janeiro, eu já estava com a matrícula trancada. Eu fui preso em 14 de abril de 1970, e minha foto foi publicada no jornal. É por isso que pouca gente sabe da existência do CEABRO. Eu sumi, fui preso. O local de fundação foi na Casa do Estudante.

”

(Depoimento de Valdir Silveira, egresso do curso de Agronomia, 2024)

Uma das descobertas que a pesquisa nos proporcionou foi com relação a documentos presentes na paisagem urbana da cidade de Porto Alegre, os quais registram lugares e homenageiam pessoas que sofreram diretamente com perseguições e torturas nesse período sombrio da história do nosso país.

Localizado em uma das regiões de maior prestígio de Porto Alegre, no bairro Bom Fim, o casarão de número 600 da rua Santo Antônio, escondeu por muito tempo o primeiro centro clandestino de tortura da ditadura civil-militar, o Dopinho, ou até mesmo Dopinha, diminutivo de DOPS-RS, o Departamento de Ordem Política do Rio Grande do Sul. A escolha do imóvel não poderia ser mais estratégica, tendo em vista que o mesmo poderia passar totalmente despercebido, o casarão possuía uma passagem subterrânea na lateral direita do prédio, possibilitando que os presos políticos fossem levados para lá sem que ninguém pudesse ver. Atualmente, o local possui uma placa na calçada identificando o imóvel como centro de tortura, essa identificação é fruto de longos anos de reivindicação pela memória, feito pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos. Porém, ainda hoje há muitas dificuldades em relação à preservação dessa memória, tendo em vista que o casarão é uma propriedade privada. Não muito longe dali, no Campus Central da UFRGS, em frente ao anexo 3 do prédio da Reitoria, temos o Monumento aos Expurgados da UFRGS. Inaugurado em 28 de novembro de 2019, o monumento homenageia professores, funcionários e alunos da UFRGS que foram expulsos da instituição no período da ditadura civil-militar.

De autoria de Cristina Toniolo Pozzobon, o Memorial Pessoas Imprescindíveis é um desses importantes registros materiais. Ele está situado no Parque Marinha do Brasil, entre as Avenidas Beira-Rio e Edvaldo Pereira Paiva, sendo composto por uma escultura em aço corten com 3m62cm de altura, sobre uma base de cimento, e homenageia o ex-sargento Manoel Raimundo Soares, assassinado por agentes do DOPS no ano de 1966. Na base da obra, encontra-se a seguinte biografia:

MANOEL RAIMUNDO SOARES (1936-1966)

Filho de Etelvina Soares dos Santos, Manoel nasceu em Belém (PA), em 15 de março de 1936. Mudou-se para o Rio de Janeiro aos 17 anos e ingressou no Exército em 1955. Em 1956, alcançou o posto de segundo sargento. Casou-se com a mineira Elizabeth Chalupp, a quem chamava de Betinha.

Manoel era um grande orador e foi um dos fundadores do "Movimento dos Sargentos", que lutava por direitos sindicais e democráticos. Imediatamente após o golpe militar de 1964, foi preso e, em junho, expulso do Exército. Solto, engajou-se na luta contra a ditadura e passou a residir no Rio Grande do Sul, atuando no Movimento Revolucionário 26 de Março, grupo cujo nome homenageava a resistência armada iniciada pelo coronel Jefferson Cardin Osório em 1965, naquela data, em Três Passos e Tenente Portela.

No dia 11 de março de 1966, Manoel foi preso, em frente ao auditório Araújo Viana, entregando panfletos contra a visita do presidente Castelo Branco a Porto Alegre.

Manoel Raimundo foi levado à sede da Polícia do Exército, onde sofreu as primeiras sevícias. A seguir, foi transferido para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), na Avenida João Pessoa, para ser torturado e espancado por longos dias. Ainda em março, foi encaminhado para a ilha-presídio existente no Rio Guaíba.

Lá, ele permaneceu por cinco meses, privado de notícias da família e do mundo. Em 13 de agosto de 1966, cerca de um mês depois de escrever a última carta à esposa, foi levado ao DOPS, para novo interrogatório. Seus algozes o transportavam, na mesma noite, em um jipe do Exército, até o rio Jacuí, para ser submetido à tortura do afogamento.

Seu corpo foi encontrado boiando no Jacuí em 24 de agosto de 1966, com as mãos e os pés atados às costas. Apesar dos depoimentos que comprovavam o crime cometido, colhidos pelo Ministério Público estadual e por uma CPI da Assembleia Legislativa, os responsáveis pela sua morte permaneceram impunes.

Até mesmo o Marechal Olímpio Mourão Filho, que desencadeou as manobras militares para depor João Goulart em 1964, ao examinar, como ministro do Superior Tribunal Militar, um pedido de habeas corpus sobre o "caso das mãos amarradas", declarou: "Trata-se de um crime terrível e de aspecto medieval, para cujos autores o Código Penal exige rigorosa punição".

Manoel foi enterrado em dois de setembro de 1966, acompanhado por uma pequena multidão. Por onde passou seu enterro, lojas se fecharam e foi hasteada a bandeira nacional.



**Processo de digitalização do monumento.
Acervo LDSM/UFRGS, 2024.**

Pensando em ampliar os recursos de acessibilidade da exposição e, também, estabelecer parcerias interdisciplinares, decidimos pela produção de uma obra tátil que figura como importante ponto de memória na cidade de Porto Alegre, o Memorial Pessoas Imprescindíveis.

Para viabilizar a reprodução da obra, foi contatado o Laboratório de Design e Seleção de Materiais da UFRGS (LDSM), que possui como uma de suas linhas de pesquisa o uso das Tecnologias 3D para a salvaguarda patrimonial. As Tecnologias 3D podem ser compreendidas como um conjunto de técnicas, processos, métodos e recursos para virtualizar objetos físicos e/ou materializar modelos virtuais.

Assim, o monumento foi digitalizado com o scanner Artec Eva, que captura dados através de um sistema de luz estruturada e, resumidamente, consiste na projeção de um padrão no objeto, que será identificado por câmeras que capturam a geometria da superfície com base na distorção do padrão.

Esse processo cria uma “nuvem de pontos” com medição precisa e confiável, gerando uma “malha digital” que é a réplica digital fidedigna da peça física. Essa malha, posteriormente, foi trabalhada no software do próprio scanner, e o modelo gerado foi impresso em resina fotopolimerizável, proporcionando uma reprodução tátil da obra, em escala reduzida, para acessibilidade e atividades educativas.

3.1 A IMPRENSA ESTUDANTIL EM DESTAQUE

Apesar dos esforços dos militares em silenciar e censurar ao máximo as vozes dos estudantes, a imprensa estudantil mantinha-se como um dos principais meios de luta contra o regime militar dentro da Universidade. Sem medir palavras, os estudantes publicaram matérias com opiniões duras e críticas ácidas contra as reformas dentro das universidades, como sobre seu impacto social na formação de profissionais. Os jornais universitários também serviam como um meio de fazer denúncias contra os atos dos militares e para manter a comunidade acadêmica informada.

Durante nossas pesquisas em arquivos do Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura (DAFA), como também no acervo do Museu da UFRGS, identificamos exemplares originais desses jornais acadêmicos produzidos pelos diretórios acadêmicos e pelo próprio DCE. Neles, podemos acessar opiniões dos estudantes sobre o acordo MEC-USAID e a Reforma Universitária de 1968, assim como sobre o Decreto-Lei 477/69. Os jornais são documentos históricos que nos possibilitam interrogar e compreender como era a vivência acadêmica em um ambiente onde a repressão e o medo prevaleciam com as perseguições internas incentivadas pelo CEIS.



Imprensa Estudantil. Acervo do Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura da UFRGS.
O grampo nº 01. Acervo do Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura da UFRGS.

No ano de 1978, surge em Porto Alegre uma publicação voltada às causas da negritude. Era a revolucionária Revista Tição, que contava em sua redação com nomes que incluíam Oliveira Silveira, Vera Daisy Barcellos e Maria Lídia Magliani, entre outros. O grupo se reunia aos sábados, no prédio do Instituto de Química da UFRGS, para debater as pautas que seriam abordadas. Egressa do curso de Jornalismo, da turma de 1969, Vera Daisy conversou conosco sobre sua trajetória acadêmica e sobre a revista, emocionando-se ao lembrar o período e refletir sobre a importância de trazer os arquivos institucionais da ditadura.



“Hoje, passados tantos anos... A gente sabia, estávamos sendo olhados, mas não tínhamos a dimensão na época. [...] A gente sabia, que estávamos sendo observados, tanto que tinha um cidadão que não se integrava nas nossas discussões de pauta, mas não sabíamos que estávamos nos arquivos [da SNI], sabe. É claro, inocência de um grupo de jovens. Porque hoje é uma mulher de 75 anos que está se deparando com o passado. E, naquela época, a gente sabia que estávamos sendo perseguidos, que estávamos sendo observados, mas nós não tínhamos a dimensão, e também nunca paramos, depois desses dois exemplares feitos, para fazer uma avaliação desse passado nosso. Eu não sei quem vem mais da Tição pra falar, mas me tocou, tanto que eu me emocionei.

Porque a gente sabia das dificuldades da época, os amigos e colegas que desapareceram, tudo isso a gente tinha ciência. Mesmo assim, nessa época, a gente resolveu ser ousado. E queríamos ser, sonhávamos em ser, grandes empresários da imprensa gaúcha. É uma informação muito relevante, pra mim, tanto que eu me emociono. Porque vários amigos nós perdemos.



(Depoimento de Vera Daisy Barcellos, egressa do curso de Jornalismo, 2024)



Capas da Revista *Tiçon* n. 1 (1978) e n. 2 (1979). Acervo Vera Daisy Barcellos.

Estudante de Artes Plásticas no início do período ditatorial, Maria Lúcia Magliani presenteou seu amigo Omar Luiz Barros Filho, no ano de 1976, com 29 desenhos. A intenção era de que eles ilustrassem, quando conveniente, edições do jornal Versus⁶, publicação cultural e política editada por Omar na cidade de São Paulo, e que contava com a colaboração daqueles que apoiavam a luta contra a ditadura.

Em 1979, a polícia invadiu e interditou a redação do jornal, tendo desaparecido com todo o seu arquivo de imagens, juntamente com os desenhos de Magliani que tinham sido publicados em edições do Versus.

Nas últimas décadas, Omar preservou o restante da coleção, constituída por ilustrações feitas para jornais de Porto Alegre e livros editados por amigos da artista.

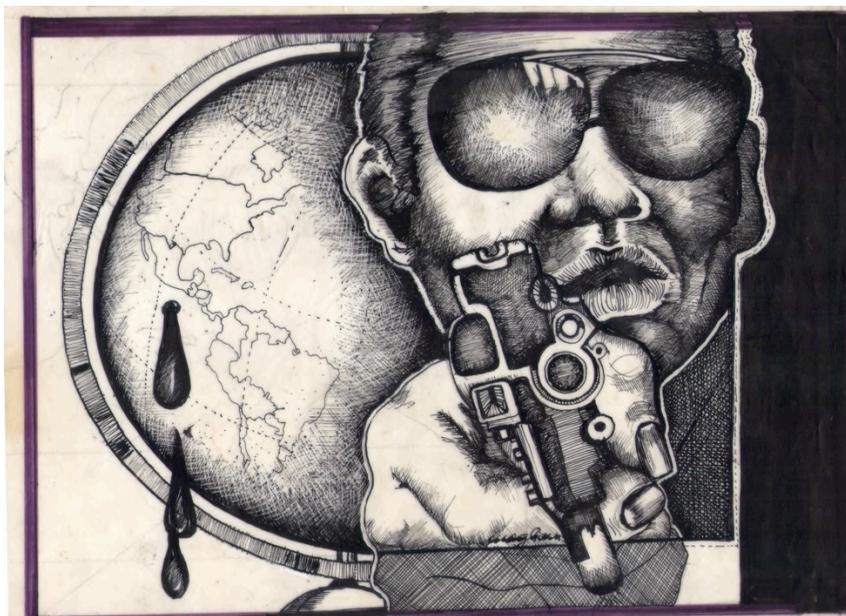


Ilustração de Maria Lúcia Magliani para o jornal Versus. Acervo de Omar Luiz Barros Filho.

⁶ Versus foi um jornal alternativo, fundado em 1975 e produzido em São Paulo, que denunciava a opressão enfrentada na América Latina utilizando diferentes linguagens.



Ilustração de Maria Lídia Magliani para o jornal Versus. Acervo de Omar Luiz Barros Filho.



Ilustração de Maria Lúcia Magliani para o jornal Versus. Acervo de Omar Luiz Barros Filho.

3.2 IDENTIFICADOS PELO SAPATO

Como uma das formas de controle dos “subversivos”, policiais militares infiltraram-se nos espaços de sociabilidade dos estudantes, dentro e fora da universidade. Entre as mesas de clubes de estudo e bares, “tentavam decifrar conversas alheias para, conforme o caso, dedurar eventuais subversivos aos torturadores de plantão” (Teixeira, 2012, p. 85).

Em primeiro lugar, tinham mais idade do que a maioria dos notívagos. Além do cabelo curto ou até raspado, completamente fora de moda, a barriga proeminente atraía suspeitas, principalmente em caso de dois ou três 96 botões da camisa abertos na pança. Entre todos os indícios, porém, havia um infalível para se reconhecer o rato (como os agentes da polícia eram denominados) infiltrado: os sapatos Vulcabras. [...] o modelo 752, em especial.

Uma das características mais marcantes desse movimento era o modelo de sapato 752 da marca Vulcabras, citado na obra *Esquina Maldita* de Paulo César Teixeira, e em relato do professor Jorge Alberto Quillfeldt, do Departamento de Biofísica do Instituto de Biociências da UFRGS, que, em 1986, era estudante de Física na Universidade:



“Entre 1979-1980, um pouco antes de eu entrar na universidade, era plena Ditadura Militar, e eu e mais um grupo de secundaristas, que hoje seriam chamados de “nerds” – que gostavam de ciência –, participávamos de uma sociedade de astrônomos amadores chamada SARG - Sociedade Astronômica Rio-Grandense (aqui em Porto Alegre). Além de organizarmos observações ocasionais e publicar um boletim regular, o que mais gostávamos era de organizar cursos para o grande público, cursos de divulgação científica, especialmente de astronomia. Fizemos vários nos primeiros anos. Eu tinha 15 ou 16 anos, ainda nem estava na UFRGS, como disse, mas a SARG se reunia todas as quartas de noite no porão do Planetário da UFRGS, gentilmente cedido pela

diretoria da Rádio da Universidade, que então controlava (aquele órgão da UFRGS). Nos reuníamos para conversar, discutir, ou ouvir palestras, eventualmente. Participava gente de todas as idades e formações, um ambiente bem aberto. Ora, um grupo de jovens e alguns adultos se reunindo regularmente para conversar, sem ser na escola ou na Universidade... isso chamava a atenção. Ainda mais que os cursos que a gente vinha dando, e algumas palestras, já faziam um certo sucesso. Alguns dos colegas mais velhos, já na faculdade, estavam mais por dentro da política que nós. E foi um desses que uma vez brincou: “cuidem se aparecer alguém estranho fazendo perguntas: se estiver usando sapatos bem lustrados, pode apostar que é rato” (ou seja, informante da polícia política). Bem, toda semana aparecia gente nova, havia interesse em ciência (e hoje eu noto melhor, interesse em ambientes respiráveis politicamente, por que ali era um ambiente aberto). E não é que um dia desses apareceu, e começou a frequentar nossas reuniões, um senhor de meia idade, cabelo bem curto, roupas simples, um olhar meio perdido! ... foi aí que notamos os sapatos lustradíssimos.

Não parecia um “rato”, mas fazia muitas perguntas estranhas no final das reuniões, conversando com subgrupos das pessoas – ele nunca falava durante as reuniões – e intercalava nas perguntas temas de astronomia com interesses pessoais nossos, que ele estava muito curioso... Combinamos, entre nós, de responder sempre de forma criativa, ou meramente absurda, para ver até onde ele chegava. Um tempo depois ele desapareceu. De astronomia, parece que não queria saber muito.

Passado mais algum tempo, alguns meses, o Planetário recebeu uma carta-ameaça do CCC, o “Comando de Caça aos Comunistas”, não sabemos se apócrifa ou verdadeira. Mas lá dizia que “se esse grupo de astrônomos continuar se reunindo lá”, no porão do Planetário, eles iriam “metralhar as vidraças do prédio”. A diretora simplesmente nos expulsou do Planetário, do qual ficamos afastados vários anos.

”

O fato do reconhecimento dos policiais, através do sapato, passou a ser de conhecimento da própria marca, que em campanha publicitária veiculada em 1970 apropriou-se de forma irônica de uma situação trágica: “cuidado: alguém pode pegá-lo pelo pé”.



**O AGENTE 752
É FORTE, VALENTE
E RESISTENTE.
MAS TEM AS
SUAS FRAQUEZAS.**

Robusto e bonito,
o Agente 752 foi lançado
pela Vulcabrás para resistir a tudo.
Sem abrir o bico. Ponha o Agente 752
a seu serviço. Mas, cuidado:
alguém pode pegá-lo pelo pé.

VULCABRÁS 

Propaganda da Vulcabras. Fonte: O Cruzeiro, nº 42, 1970, p. 51.



Cartaz *O Grito Ecoa*. Créditos: Ilustração de Eduarda Zimmermann, 2024.

Em conjunto com os sapatos, a associação dos agentes infiltrados ao termo “rato” foi ilustrada pela aluna de Museologia Eduarda Zimmermann, para o projeto como uma forma de dar maior ênfase às ações e repressões comumente enfrentadas pelos estudantes.

3.3 BATALHA DA PRAÇA ARGENTINA

De acordo com Fernandes⁷ (2017), as primeiras notícias sobre a viagem oficial do ditador argentino Jorge Rafael Videla ao Brasil, que seria realizada entre os dias 19 e 23 de agosto de 1980, foram fortemente divulgadas pela mídia. A visita, de caráter diplomático e econômico, passou por quatro capitais brasileiras: Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Entretanto, a chegada oficial de um presidente militar argentino, execrado pela opinião pública devido às atrocidades cometidas contra seus opositores, transmitia uma ideia de retrocesso político que não agradava diversos movimentos sociais.

Sua vinda a Porto Alegre foi marcada por um jantar com mais de 400 pessoas no Palácio Piratini, entre empresários e políticos. Quando foi anunciada a intenção da cerimônia de reinauguração da praça com a presença de ditadores argentinos e brasileiros – praça essa que fora, nos anos anteriores, um espaço de diversas mobilizações de resistência à repressão da ditadura civil-militar –, os estudantes da UFRGS prometeram reagir em repúdio.

A manifestação dos alunos foi reprimida violentamente, e os conflitos foram noticiados através da imprensa local e nacional, movimentando o aparato repressivo que tinha a tarefa de vigiar, controlar e reprimir qualquer ação estudantil. Esse episódio ficou conhecido como “a batalha da Praça Argentina”, e foi registrado pelas lentes de Ricardo Chaves, o Kadão, fotógrafo jornalista porto-alegrense.

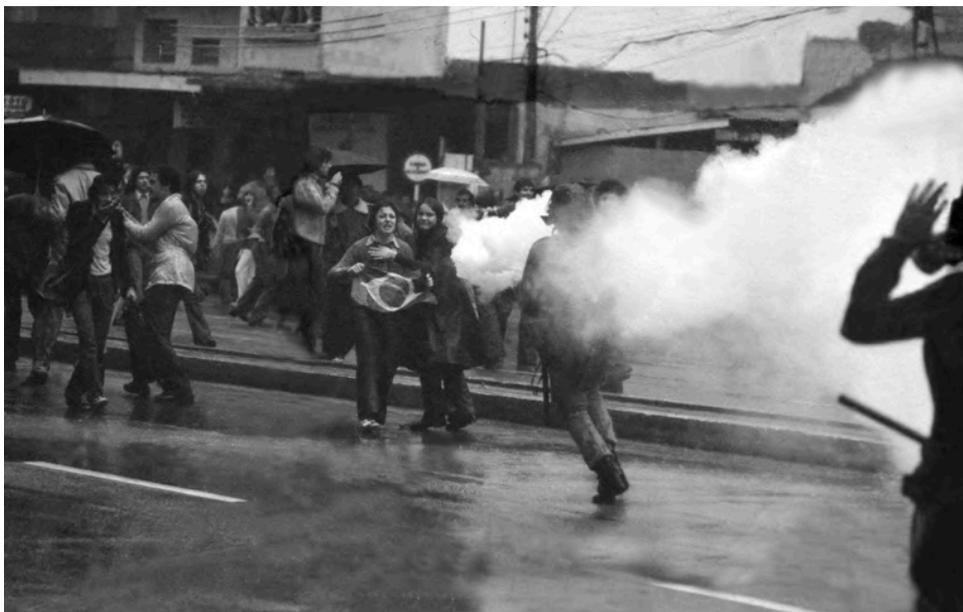
⁷ FERNANDES, Leticia Wickert. “*Nem Videla, nem Figueiredo!*”: A Batalha da Praça Argentina e a Resistência Estudantil na UFRGS Através dos Documentos do SNI. 2017. 101 f. Monografia (Especialização) – Curso de História, UFRGS, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/173844/001061759.pdf?sequence=1>. Acesso em: 24 jul. 2024.



Batalha da Praça Argentina, em agosto de 1980. Foto de Ricardo Chaves (Kadão).



Batalha da Praça Argentina, em agosto de 1980. Fotos de Ricardo Chaves (Kadão).



Batalha da Praça Argentina, em agosto de 1980. Fotos de Ricardo Chaves (Kadão).

Um dos elementos de protesto constantemente presentes na paisagem urbana eram as pichações contra a ditadura. Na década de 1980, o artista plástico Frantz buscou subverter a criminalização das pichações colocando-as em telas:

“

“[...] Aí um amigo foi lá e pichou na cidade, isso no interior, em Rio Pardo, a frase: "A verdade fora ditadura". As frases da época eram bem intrínsecas naquele momento. E aí começou, né? Foi um "Vocês, não sei o quê, a gente vai descobrir e prender", aquelas ameaças subliminares para ver se alguém se entregava. Acontecia uma coisa meio terror. Eu pensei: "Que porra é essa? Eu vou fazer isso numa tela e me inscrever em um concurso e ver o que acontece".

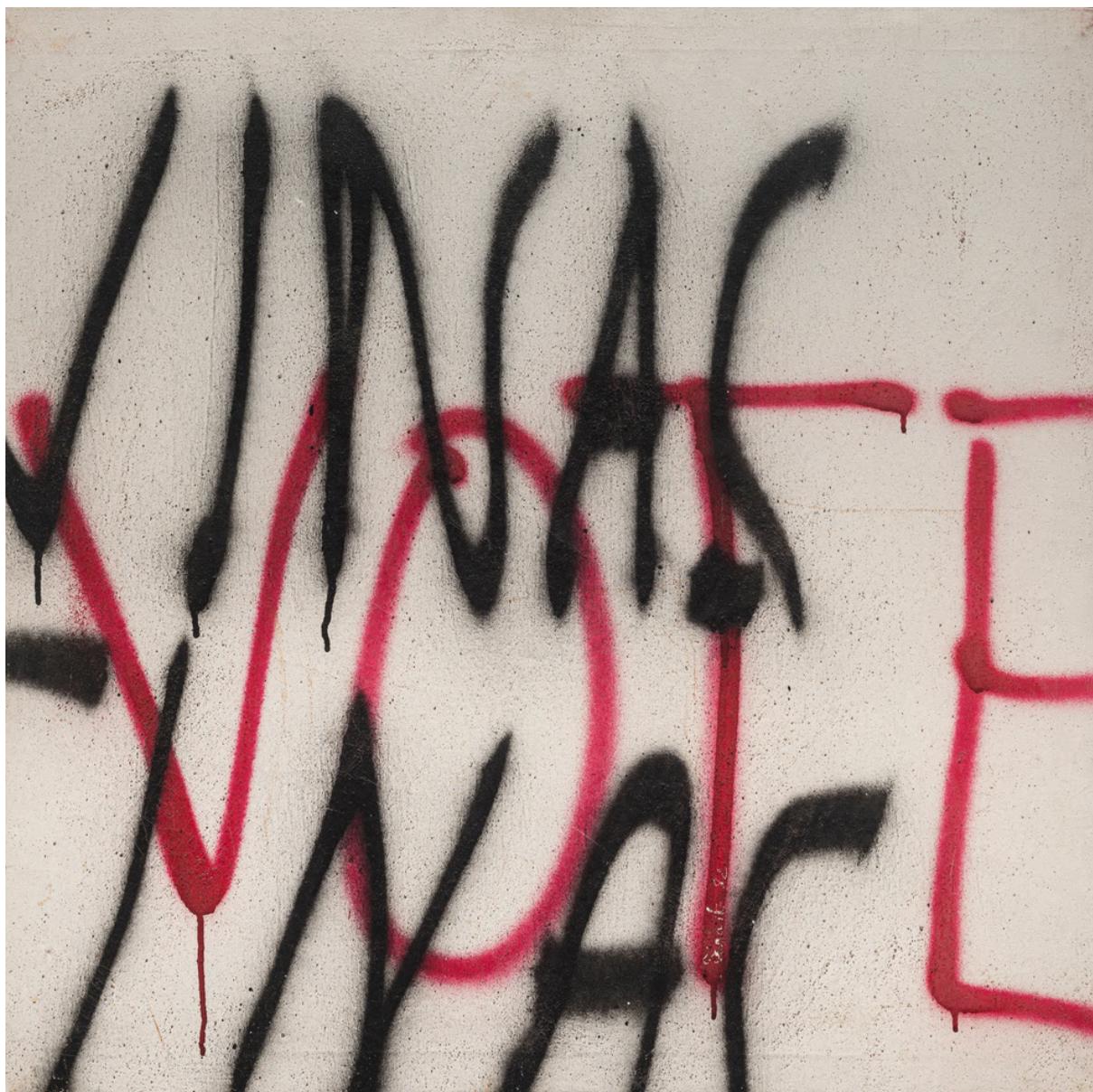
Eu me inscrevi no concurso da RBS e já começou o dilema, porque iam me dar prêmio. Uma parte do júri reagiu dizendo que não podia, que era um absurdo. Aí eu ganhei uma coisa que não estava no regulamento, que foi uma menção honrosa. Na verdade, eu não ganhei nada, eu ganhei um papel com a menção honrosa.

Aí me ralei, mas eu ganhei porque um dos que queria me dar o prêmio era o diretor do MARGS. Ele me convidou para fazer uma exposição e também foi uma coisa engraçada, porque tinha feito algumas. Eu queria fazer isso, levar algo que era meu, não era público. Nada da lei me alcançava porque eu não pichei um órgão público, não pichei um monumento, não pichei uma parede, não pichei espaço público. Eu pichei uma tela, um quadrado branco que é meu, me pertence. Eu carrego ele embaixo do braço. Como é que tu vai botar a lei nisso? Não tem.

Só que aí a brecha era também incomodar e inscrever nos salões. E aí foi mais. Lógico que ele percebeu essa coisa. Isso foi para dentro da instituição, a instituição legítima, e foi um revés maluco na época”.

”

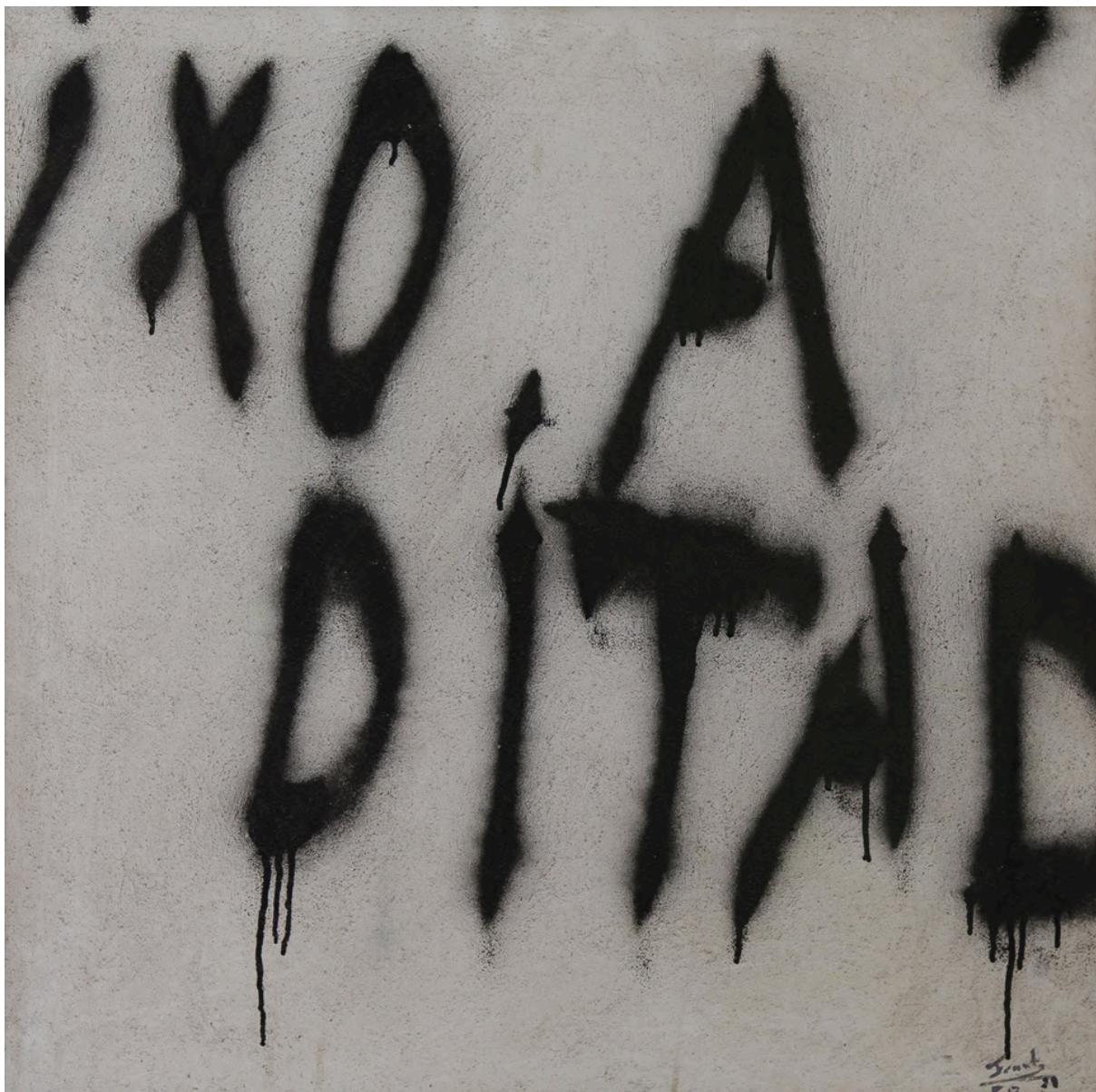
(Depoimento de Frantz, 2024)



Frantz. *Pichação*, 1982. Coleção do MARGS. Foto cedida pelo artista.



Frantz. *Pichação*, 1982. Acervo particular. Foto cedida pelo artista.



Frantz. *Pichação*, 1982. Coleção do MARGS. Foto cedida pelo artista.



Frantz. Sem título, 1983. Acervo particular. Foto cedida pelo artista.



Frantz. Sem título, 1983. Acervo particular. Foto cedida pelo artista.

Entre repressão e dor, silenciamentos e perseguições, medos e injustiças, também há de se ressaltar as conquistas frente à resistência daqueles que acreditaram e lutaram por uma universidade e um país mais democráticos.

Em 1968 a estudante de Direito da UFRGS Antônia Mara Vieira Loguercio foi presa no 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), que reuniu cerca de mil estudantes.



Revista Veja nº 6. 16 de outubro de 1968. Capa.

Entretanto, a perseguição política da jovem, que iniciou sua militância atuando no grupo Juventude Estudantil Católica (JEC) e depois na Ação Popular (AP), não a fez parar de lutar pelas causas nas quais acreditava. Antônia Mara graduou-se na UFRGS e atuou como juíza trabalhista.



**Antônia e sua filha Cidara, na solenidade da formatura em Direito/UFRGS, no final da década de 1970.
Acervo Antônia Mara Vieira Loguercio.**

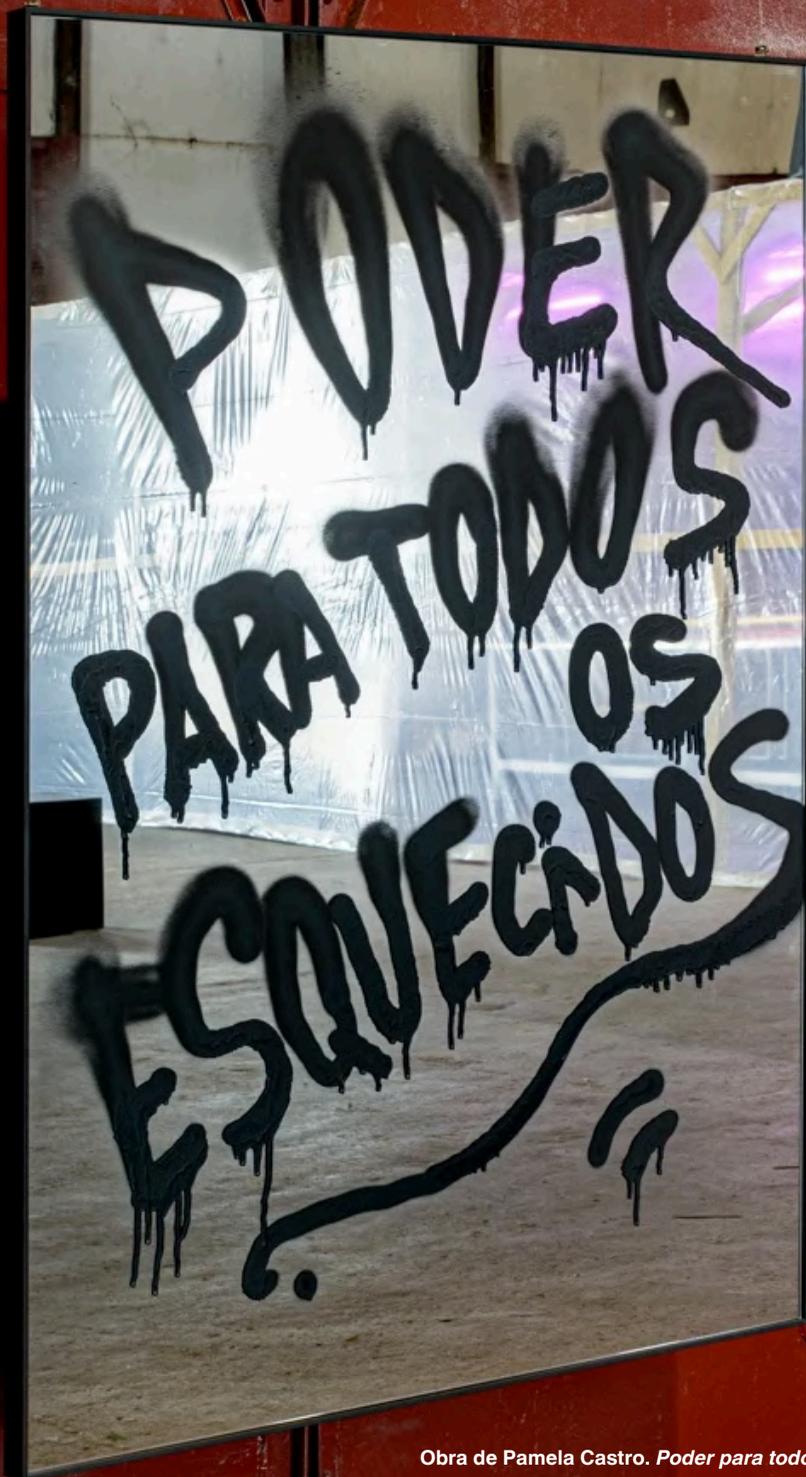
4. O QUE OS ARQUIVOS PODEM NOS DIZER SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UFRGS DURANTE A DITADURA?

Guilherme Mello Goés, Sérgio Valentim e Vitor Martins Costa Lanes

A vida de um estudante está repleta de histórias, encontros, transformações e aprendizados. Por certo tempo, a universidade é o nosso lugar no mundo. Todos os estudantes que estiveram envolvidos no movimento estudantil da UFRGS durante o período ditatorial viveram em um contexto sombrio da nossa universidade, onde o medo, a violência e o luto estavam presentes em sala de aula, no Restaurante Universitário, nos Centros Acadêmicos, nas ruas. Mesmo assim, seguiram em frente, resistiram, gritaram sempre que puderam, não perderam a vontade de lutar e defender a democracia. Por tudo isso, agradecemos e defendemos o direito e o acesso às suas memórias.

Entretanto, infelizmente os arquivos produzidos durante a ditadura civil-militar na UFRGS ainda não foram disponibilizados à sociedade civil, demonstrando o desinteresse por parte do poder público, e em especial dos dirigentes da Universidade, em abordar tal assunto⁸. A partir disso, é de fundamental importância esclarecer como alunos e professores que fizeram parte da UFRGS nesse período sombrio até hoje são impactados por essa lacuna de informações. Assim como tantos outros, Peter Peng também foi alvo de perseguições nos anos de chumbo, na época o estudante da Escola de Engenharia da UFRGS foi sequestrado duas vezes e teve seus documentos roubados pelo regime.

⁸ Em 2013, houve uma iniciativa para que fosse criada uma Comissão da Verdade na UFRGS, porém tal movimento acabou não se concretizando.



Obra de Pamela Castro. *Poder para todos os esquecidos* (2021).
Acervo MACRS.

Expulso do país, Peng ficou sem documentação e sem a cidadania brasileira por quase 30 anos, quando passou a morar nos Estados Unidos, dando continuidade aos seus estudos e estabelecendo seu núcleo familiar. Retornando algumas vezes ao Brasil, conseguiu conquistar sua cidadania de volta somente em 1997, porém sem obter seu documento original à época. Dessa forma, visto que há a possibilidade de sua documentação estar presente nos arquivos da Universidade, trazemos à tona mais questionamentos a respeito do acesso aos arquivos da UFRGS.



“Eu era líder estudantil e terminei a faculdade de Engenharia aqui na UFRGS e fui fazer mestrado na ilha do fundão [Rio de Janeiro] e lá eu fui sequestrado. Eu sempre digo que eu nunca fui preso, eu fui sequestrado, desaparecido em prisões secretas que era o DOI-CODI. Dois amigos aqui 55 do CEUE foram para o Rio me procurar e não me acharam. Eu fiquei incomunicável por 10 meses e depois me soltaram. Não há um registro sobre essa minha prisão. Eu fui transferido para Porto Alegre até me soltarem, mas aí eu fiquei marcado. Quando aconteceu pela segunda vez em 1973, um companheiro, infelizmente, me pediu dinheiro para pagar aluguel e eu dei um cheque. Ele não levou ao Banco e deixou o cheque em casa e deram uma batida lá e acharam o cheque no meu nome. E daí eles me tiraram o RG e me deram uma carteira modelo 19, que era para estrangeiros. Então eu podia ficar residente aqui, mas como estrangeiro e, evidentemente, eles queriam me expulsar como estrangeiro. Isso aconteceu em 1973, e fiquei sem documento até 1997”



(Depoimento de Peter Peng, egresso do curso de Engenharia Química da UFRGS, 2024).

Colega de Peng e militante do movimento estudantil, Raul Carrion também foi perseguido pela ditadura durante seus anos de estudante na Escola de Engenharia na UFRGS. Filiado ao Partido Comunista e estando envolvido com o movimento estudantil universitário, atuou

fortemente contra o Decreto-Lei 477/69 e a Reforma Universitária como um todo. A partir disso, a utilização desses instrumentos repressivos pelo poder público transformou todo o cenário universitário nacional, criando um ambiente de tensão e vigília constante entre os estudantes. Logo, consideramos de suma importância possibilitar o acesso aos arquivos correspondentes a esse período, uma vez que somente dessa forma será possível compreender e explicitar a totalidade dos acontecimentos.

Em 2013, iniciou-se o movimento de criação da Comissão da Verdade na UFRGS, iniciativa que enfrentou resistência de grupos conservadores dentro da própria Universidade e que segue aguardando encaminhamentos. Sessenta anos após o Golpe, fazemos ecoar a necessária publicização dessa documentação. Que esses arquivos possam ser acessados por todos. Esse direito precisa ser respeitado!



Aula Magna na UFRGS exalta defesa da democracia (2013). Créditos: Thiago Cruz.

Nessa perspectiva, convidamos você a se juntar a nós nesse movimento por justiça e verdade, assinando um abaixo-assinado elaborado pela turma de estudantes do Curso de Museologia/UFRGS: **Acesse o link <https://forms.gle/Bq1jfsKtKrWbW939>.**

4.1 COMISSÕES DA VERDADE

As Comissões da Verdade, em suas diferentes instâncias – nacional, estaduais, municipais ou temáticas –, tornaram-se importantes instrumentos de memória e subsídio para políticas de reparação. No caso brasileiro, permitiram ultrapassar os limites da perspectiva oficial criada pelas narrativas de membros do regime civil-militar, assegurando a emergência do ponto de vista daqueles que atuaram na oposição e no enfrentamento da ruptura institucional, tornando-se alvo da violência do Estado.

O marco histórico que inicia esse processo foi a criação da Comissão Nacional da Verdade por meio da Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011, visando apurar violações aos Direitos Humanos no período entre 1946 e 1988. A partir da Comissão Nacional, foram criadas Comissões Estaduais, Municipais e Setoriais, incluindo as Comissões Universitárias. Nas universidades, as comissões foram criadas para investigar e evidenciar violações de direitos por parte de membros do governo nas instituições de ensino superior.

Em 2012, instituiu-se a primeira delas, a Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade Federal de Brasília, instalada no dia 10 de agosto daquele ano. As Comissões Universitárias conseguiram demonstrar a existência de um sistema de informações montado pelo regime militar dentro das instituições, por meio das Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI), que foram instaladas também em autarquias, empresas públicas e fundações. As AESIs coletavam e repassavam informações para as Divisões de Segurança e Informação que alimentavam o Sistema Nacional de Informação (SNI). Era uma prática do regime, destruir os documentos produzidos pelas AESIs universitárias. Porém, por meio das Comissões, foram encontrados vários documentos. As Comissões Universitárias investigaram desde o controle ideológico na contratação de professores até a espionagem de manifestações estudantis, interferências em atividades de pesquisa, eventos científicos e cerimônias acadêmicas. Em 1979, as Assessorias de Seguranças foram extintas pelo MEC, mas algumas foram mantidas até 1986.

Em 2014, foi criada a Rede Nacional de Comissões da Verdade Universitárias (RNCVU), que teve a participação de 18 universidades federais, estaduais e uma privada. Integram a RNCVU representantes das seguintes comissões da verdade das seguintes universidades: UFES, UFRJ, UFC, UFPA, Unesp, PUC-SP, Unicamp, UNB, Fesp-SP, UFRN, UNEB, UFPR, UFFRRJ, USFC, UFSM, UFBA, UFFS e USP.

4.2 PELA IMPLANTAÇÃO DA COMISSÃO DA VERDADE DA UFRGS

Os 60 anos do Golpe Civil-Militar representam um marco histórico na luta pela democracia no Brasil. "O Grito Ecoa: Ditadura e Movimento Estudantil na UFRGS", pensado primeiramente como projeto curatorial para a 14^a exposição curricular do Curso de Museologia da UFRGS e que precisou adaptar-se a um novo formato, percorreu histórias e memórias dos estudantes universitários perseguidos pelo regime que se utilizou da estrutura da UFRGS para alimentar o sistema de informações do SNI. A pesquisa percorreu os períodos pré-golpe, os anos seguintes de repressão e violência política do Estado brasileiro contra os estudantes, terminando nas reverberações atuais desse processo, como a necessária abertura dos arquivos da ditadura da UFRGS e a implantação da Comissão da Verdade interna, o que ainda não aconteceu.

Ao longo da construção deste trabalho, foi possível conhecer e compreender que as memórias deste período estão vivas e ainda estão em disputa. O acervo documental encontrado pela pesquisa no acervo da Universidade de Caxias do Sul (UCS) simboliza a sobrevivência dessa ideologia. Os documentos referentes às CEIS/UFRGS que pertenciam ao professor Laudelino Medeiros, um dos membros da CEIS, evidenciam como os discentes e docentes foram perseguidos, julgados e expulsos da Universidade. A impossibilidade de publicação dos originais, por questões internas da UCS, não impede a divulgação do documento através da transcrição de uma das Atas das reuniões da CEIS, onde se demonstra a importância dos arquivos e da implantação da Comissão da Verdade. Vale destacar a reportagem produzida pelo jornalista Mário Magalhães, enviado especial da Folha

de São Paulo em 2010, orientado por Jair Krischke – Presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos –, que publicizou a existência desses documentos, sobretudo, algumas Atas que evidenciam os atos de perseguição dentro da UFRGS. Apesar de iniciativas de alguns professores, como Enrique Padrós (*in memoriam*) e a constituição de um projeto de implantação desta Comissão em 2013⁹, ela ainda não foi institucionalizada e oficializada como deve ser.

No campo da Museologia, as memórias desse passado violento são trazidas ao debate público com o objetivo de contribuir com um processo de reparação histórica que é necessário e urgente. Trata-se de um "caso limite" (Sodaro, 2019), ou seja, quando os significados dos eventos memoriais relacionam-se com eventos históricos e com as formas de memória coletiva que foram possíveis de registrar naquele momento. A violência do regime também destruiu grande parte dos documentos e registros que poderiam nos auxiliar a compreender melhor o período. Nesse sentido, os 60 anos do Golpe Militar enquadram-se nessa condição, e mais, tensionam o campo museal no sentido de exigir outras ferramentas para analisar esse passado ainda difícil de lembrar, mas que corre sérios riscos de cair no esquecimento. Este trabalho contribuiu diretamente nesse aspecto; por meio de vestígios, indícios e sinais (Ginzburg, 2012), identificamos acervos e produzimos documentos audiovisuais que contribuem para entendermos melhor o que se passou nesta Universidade durante o que podemos considerar como seu período mais sombrio.

Acreditamos que este trabalho cumpre seu papel ao reunir pesquisa e documentação específica sobre o movimento estudantil e por demonstrar aspectos importantes referentes à Comissão da Verdade da UFRGS, juntamente com a necessidade de mobilização social dos estudantes para exigir que ela seja implantada. Não podemos esquecer os estudantes mortos, torturados e desaparecidos. A verdade e a justiça precisam prevalecer. Os estudantes perseguidos e que conseguiram sobreviver ao regime são memórias vivas da violência e da violação dos direitos humanos como uma prática do Estado.

⁹ Comissão formada pelos professores: Jorge Enríquez Vivar, Enrique Padrós, Letícia Schabbach e Lorena Holzmann.

Destacamos dois testemunhos inéditos obtidos durante esta pesquisa: o caso de Valdir Izidoro Silveira, fundador do CEABRO – Centro de Estudos Afrobrasileiros –, no ano de 1968, antes ainda da constituição do Grupo Palmares de Oliveira Silveira (1971), comprova por meio de documentos do CEABRO que a organização foi banida pela ditadura, que passou a perseguir Valdir, militante do movimento estudantil e do movimento negro. Sua foto foi publicada no jornal como procurado pelo regime, tendo assim que fugir para o Rio de Janeiro e abandonando todos os documentos desta que foi uma das primeiras organizações do movimento negro e estudantil do Rio Grande do Sul. Uma organização formada por estudantes negros da UFRGS que militavam juntos nos dois lugares. Nesse aspecto, é importante destacar que este trabalho revela, ainda, que muitos estudantes negros da universidade também militavam no movimento estudantil, porém pouco se sabe sobre eles. Vera Daisy Barcellos relata que atuava nos dois movimentos, porém mais no movimento negro através da Revista Tição e no grupo Palmares, que era igualmente composto por alunos da UFRGS.

N.º 01. Ver\$ 10,00 - 11 -

Recebi do Sr. Valdir Silveira

a quantia de dez excentos novos

proveniente de mensalidade paga ao CEABRO - 1 - 1 -

Para clareza firmo o presente. 1 Oct. 1969

Selado com Cr\$

[Signature]
do Tesoureiro

Recibo CEABRO. Acervo pessoal de Valdir Silveira.

êstes estão presos para interrogatório



A Secretaria de Segurança Pública do Estado, através de sua Divisão de Relações Públicas, distribuiu nota à imprensa, na tarde de ontem. Visa a referida nota, esclarecer a população sobre a tentativa de seqüestro do cônsul norte-americano e também os assaltos a bancos efetuados no Estado por agentes da subversão. Por outro lado, o senhor governador do Estado, juntamente com o secretário de Segurança Pública reuniu o Corpo Consultar de carreira no Estado em seu gabinete. Também na tarde de ontem, os banqueiros de Porto Alegre estiveram reunidos com o secretário de Segurança, coronel Jayme Miranda Marliath.

A NOTA

É a seguinte a nota oficial distribuída: "A fim de bem esclarecer a população sobre todos os fatos que envolveram a tentativa de seqüestro do cônsul norte-americano, Mr. Curtis Cutter e, também, os assaltos a bancos realizados por agentes da subversão, informa a Secretaria de Segurança Pública que:

- 1) As diligências prosseguem sem interrupção;
- 2) Achem-se detidos, para averiguações, entre outras, as seguintes pessoas: Indio Vargas, Alhayde da Silva Teixeira, Hélio Minetto, Vanilo Carvalho, todos pertencentes às organizações denominadas Movimento do 26 de Julho e 26 de Março. Pesam acusações, sobre Indio Vargas e José Carlos Fincchio, de terem acobertado e dado abrigo, além de realizado reuniões, com Edmur Péricles Camargo, que se encontra preso por haver realizado seis assaltos a bancos em Porto Alegre;
- 3) Outrosim, informa a Secretaria de Segurança Pública que estão sendo procurados, por

pertercerem às mesmas organizações, e com fortes indícios de participação em atentados subversivos, os seguintes indivíduos: Paulo Melo e Valdir Izidoro Silveira. Cumpre informar, finalmente, que já foram liberados, após prestarem esclarecimentos, cerca de quinze elementos que haviam sido detidos."

REUNIÕES

As 17h40m, o governador do Estado, coronel Walter Peracchi Barcellos, e o secretário de Segurança Pública, coronel Jayme Miranda Marliath, reuniram-se no Palácio Piratini com os nove consules de carreira que servem em Porto Alegre. Ao zidar a reunião, às 18h40m, os consules que se estavam, interrompidos pela reportagem, limitaram-se a dizer: — "Não podemos falar." Da reunião participaram também, funcionários da Diretoria de Relações Consulares da Secretaria do Interior e Justiça. O cônsul norte-americano, Mr. Curtis Carly Cutter, permaneceu em reunião com o governador e secretário de Segurança, até as 18h10m. Fontes do Palácio Piratini anunciaram que a Secretaria de Segurança Pública, distribuiria nota oficial a respeito do encontro. Entretanto, até a hora em que se encerra esta edição, não se conhece nenhuma nota a respeito. A mesma fonte informou que acreditava que os consules tenham ido efetuar uma visita de cortesia ao governador e agradecer a segurança que lhes vem sendo oferecida por parte das autoridades estaduais.

Também na tarde de ontem, estiveram reunidos com o coronel Jayme Miranda Marliath, no gabinete da SSP, os banqueiros de Porto Alegre. Presume-se que o assunto tratado, diga respeito à segurança dos estabelecimentos bancários da Capital.



Dario Viana e Valdir Izidoro



"plano felicidade"

SM

G



Compre agora o seu fogão Geral a gás com os preços e as condições que você sempre sonhou.

O máximo em qualidade, beleza e economia.

a soberana dos móveis

Av. Assis Brasil, 2199/2243

ZERO HORA-Porto Alegre- 14-4-70

Página 27

"Estes estão presos para interrogatório", publicado em 14 de abril de 1970 no Jornal Zero Hora. Acervo pessoal de Valdir Silveira.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todas as pessoas e instituições que contribuíram para a realização deste trabalho:

Amanda M. Oliveira, Ana Carolina Gelmini de Faria, Ana Celina Figueira da Silva, Ana Ines Arce, Ana Maria Dalla Zen, Anita Natividade, Antônia Mara Vieira Loguercio, Augusto Darde, Aura Guimarães Nunes, Benito Schmidt, Beth Corbetta, Caminhos da Ditadura em Porto Alegre, Caroline Silveira Bauer, Cidara Loguercio Souza, Coletivo Memória e Luta UFRGS, Color Sign, Cristina Toniolo Pozzobon, Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (DAFA Sarah Domingues), Eliane Muratore, Eráclito Pereira, Fabio Pinto da Silva, Fabio Werlang, Fernanda Carvalho de Albuquerque, Fernanda Guisoni Trois, Fernanda Renner Martins Costa Lane, Fernanda Rechenberg, Frantz, Gabriela Schneider, Galpão Makers, Jaime Valin Mansan, Janice Dias Ramos, Jeniffer Alves Cuty, Jorge Alberto Quillfeldt, Jussara Cony, Karina Santos, Katiana Ribeiro, Laboratório de Design e Seleção de Materiais (LDSM/UFRGS), Livonia Maciel, Lizete Dias de Oliveira, Lorena Holzmann, Lucia Maciel, Luciana Brito, Luciano Vieira Targa, Maira Donini Ramos, Manuela Franco Lopes da Costa, Márcia Regina Bertotto, Maria Beatriz R. Martins Costa, Maria Stephanou, Mariana Pohlmann de Oliveira, Marlise Maria Giovanaz, Museu da UFRGS, Museu de Arte Contemporânea do Rio Grande do Sul (MACRS), Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul (MUHM), Odim Vinícius da Cruz Machado, Omar Luiz de Barros Filho, Oscar de Oliveira Isaias, Panmela Castro, Paulo Victor de Farias Dantas, Pedro Arthur Bueno Silva, Peter Ho Peng, Raul Kroeff Machado Carrion, Ricardo Oliveira, Rosângela Veiga, Rosani Werlang, Theresinha Cunha Bastos, Vanessa Barrozo Teixeira Aquino, Valdir Izidoro Silveira, Vinícios Marques, Wagner Luiz Munhoz Deamici e Zita Rosane Possamai.

Registramos aqui um agradecimento especial aos estudantes da UFRGS: Antônia Mara Vieira Loguercio, Ignez Maria Serpa Ramminger, Peter Ho Peng, Raul Kroeff Machado Carrion, Valdir Izidoro Silveira e Vera Daisy Barcellos, que gentilmente compartilharam seus testemunhos conosco.

Muito obrigada!

EXTRAS

O Movimento Estudantil na UFRGS, durante os anos de chumbo, marcou para sempre a trajetória dos alunos da época. Um dos pontos-chave para a compreensão do período são os relatos daqueles que viveram na pele o conturbado ambiente acadêmico de então. Buscando dar luz às impressões de alguns dos protagonistas dessa história, foram organizadas entrevistas em vídeo, em formato documental, com figuras como Raul Carrion, Peter Peng, Vera Daisy Barcellos e Valdir Silveira.

As gravações tiveram direção de Sérgio Valentim, com assistência de Josemar Moreira e Matheus Pantaleão.

Raul Carrion

Graduado em História pela UFRGS. Militante estudantil e sindical, foi vereador de Porto Alegre e deputado estadual. Entrevista disponível em: <https://youtu.be/9oNjIPu4ofM>.

Valdir Silveira

Engenheiro Agrônomo formado pela UFRGS. Mestre em Tecnologia de Alimentos e Especialista em Biologia do Solo pela UFPR. Entrevista disponível em: <https://youtu.be/ygpGOo-d26I>.

Peter Peng

Engenheiro Químico formado pela UFRGS. Foi líder estudantil, vice-presidente do Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia (CEUE) na gestão de 1970. Entrevista disponível em: <https://youtu.be/vTO6P15KADA>.

Vera Daisy Barcellos

Jornalista egressa da UFRGS, militante do Movimento Negro desde a década de 70, Editora da Revista Tição. Atuou por 16 anos no Jornal Zero Hora. Foi editora responsável pelos projetos especiais do jornal A Voz da Serra. Assessora de imprensa de Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras/RS e consagrada no Jornalismo Esportivo no Brasil. Entrevista disponível em: https://youtu.be/LCFdU9_6zHk.

REFERÊNCIAS

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. Os movimentos estudantis na História da Educação e a luta pela democratização da universidade brasileira. 2014. EccoS – Revista Científica, p.143-159.

CARNEIRO, Anita; GALLI, Laura. Pequena memória para um tempo sem memória #5 - A resistência dos estudantes da UFRGS. 2021. Disponível em: <https://www.nonada.com.br/2021/04/pequena-memoria-para-um-tempo-sem-memoria-5-a-resistencia-dos-estudantes-da-ufrgs/> . Acesso em: 28 de jul. 2024.

FÁVERO, M. D. L. D. A. DA CÁTEDRA UNIVERSITÁRIA AO DEPARTAMENTO: subsídios para discussão. ANPEd, RJ, v. 23, Número, p. 1-15, 2000. Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/1118t.PDF>. Acesso em: 5 fev. 2024.

FERNANDES, Letícia Wickert. “Nem Videla, nem Figueiredo!”: A Batalha da Praça Argentina e a Resistência Estudantil na UFRGS Através dos Documentos do SNI. 2017. 101 f. Monografia (Especialização) – Curso de História, Ufrgs, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/173844/001061759.pdf?sequence=1>. Acesso em: 24 jul. 2024.

GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história. São Paulo; Companhia das Letras, 2012.

GOMES, Luiz Flávio. Crimes contra a humanidade: conceito e imprescritibilidade (Parte III). 2019. Disponível em <http://www.lfg.com.br>. Acesso em: 26 jul. 2024.

GUARNIERI, Waldisa. A difusão do patrimônio: novas experiências em museus, programas educativos e promoção cultural (1987). In: Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2010, p. 164-175.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. Ary Abreu Lima da Rosa. Disponível em: <https://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/ary-abreu-lima-da-rosa/>. Acesso em: 22 jul. 2024.

MEMÓRIAS DA DITADURA. Ary Abreu Lima da Rosa. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/ary-abreu-lima-da-rosa/#sobre>. Acesso em: 13 ago. 2024.

PORTO ALEGRE. Decreto nº 22.647, de 2 de maio de 2024. Disponível em: https://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/5174_ce_475754_1.pdf. Acesso em: 07 ago. 2024.

SODARO, Amy. MUSEUS MEMORIAIS: A EMERGÊNCIA DE UM NOVO MODELO DE MUSEU, 2019. Revista Percursos. Florianópolis, vol. 20, n.44, p. 217-231.

TEIXEIRA, Paulo César. Esquina Maldita. Porto Alegre: Libretos, 2012.

REALIZAÇÃO



FABICO **UFRGS**

APOIO



COLETIVO
MEMÓRIA
E *luta*



Sepia
PRESERVAÇÃO • MEMÓRIAS • ACERVOS

CEDAP
Centro de Documentação e Acervo Digital da Pesquisa

